

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



Crimildo Caetano Damas
Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais
XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**POLÍCIA DE FRONTEIRA DE MOÇAMBIQUE: O SEU CONTRIBUTO
PARA A SEGURANÇA INTERNA**

Orientador:
Professor Doutor Eurico José Gomes Dias

Lisboa e ISCPSI, maio de 2020



Instituto Superior de Ciências Polícias e Segurança Interna



Crimildo Caetano Damas

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

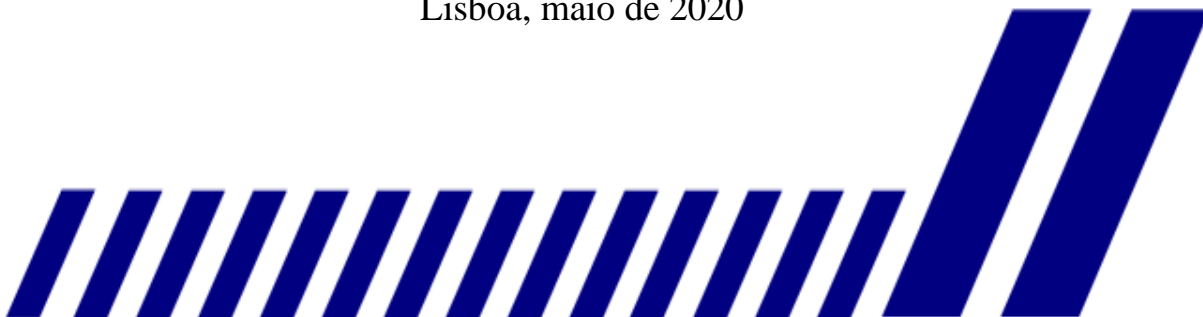
XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**POLÍCIA DE FRONTEIRA DE MOÇAMBIQUE: O SEU CONTRIBUTO
PARA A SEGURANÇA INTERNA**

Orientador:

Professor Doutor Eurico José Gomes Dias

Lisboa, maio de 2020





Estabelecimento de Ensino: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança
Interna

Curso: XXXII CFOP

Orientador: Professor Doutor Eurico José Gomes Dias

Título: Polícia de Fronteira de Moçambique: o seu contributo para a
Segurança Interna

Autor: Crimildo Caetano Damas

Local de Edição: Lisboa

Data de Edição: maio de 2020

Dissertação apresentada no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor Eurico José Gomes Dias.

“Quando caminho na direção de um objeto, faz-se primeiro necessário que eu lá queira ir; em segundo lugar, que meus pés me levem”.

Jean-Jacques Rosseau

DEDICATÓRIA

A Deus, pelo dom da vida, à grande alma da minha mãe e da minha estimada irmã, por serem a minha fonte de inspiração nos momentos de desalento.

AGRADECIMENTOS

Cumpre-me, nas palavras que se seguem, agradecer a todos que direta e indiretamente tornam possível a concretização deste trabalho. Não obstante, a todos aqueles que, no meio de dificuldades e contratempos, contribuíram com o melhor que tinham para tornar este sonho em realidade.

Em primeiro lugar, expresso o meu agradecimento ao meu Pai pelo apoio incondicional e por acreditar sempre em mim, à minha querida companheira pela perseverança, ao meu primogénito Hélvio Crimildo Pagir Damas, que ainda na tenra idade teve de enfrentar o dilema de um pai ausente. Espero que um dia entenda os motivos pelo qual não esteve presente durante os seus primeiros anos de vida e nos momentos em que estava débil (por enfermidades) e em tantos outros momentos que precisou de um pai por perto.

Expresso os meus agradecimentos ao Professor Doutor Eurico Gomes Dias, por ter aceite o convite de orientação, pelos ensinamentos e as críticas positivas, além da paciência e disponibilidade demonstrada durante a elaboração da presente dissertação.

Agradeço aos meus familiares e amigos que tanto me apoiaram quando precisei. Aos Camaradas do XXXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia (CFOP), pelos cinco anos que partilhamos juntos, pelos bons e maus momentos, o apoio, a cumplicidade e o companheirismo.

Agradeço a cooperação entre Moçambique e Portugal na área de ensino, pois aqui tive o privilégio de me formar e cimentar laços afetivos com os demais camaradas do espaço lusófono e europeu.

De igual modo, agradeço ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI), e aos seus professores pelos ensinamentos transmitidos e que tanto reforçaram o meu desenvolvimento pessoal, académico e profissional.

A todos, muito obrigado!

ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS

al) – Alínea.

Art.º – Artigo.

CRM – Constituição da República de Moçambique.

DGS – Direção Geral de Segurança.

DUI – Declaração Unilateral de Independência.

EUA – Estados Unidos da América.

FAM – Forças Armadas de Moçambique.

FDS – Forças de Defesa e Segurança.

FPLM – Forças Populares de Libertação de Moçambique.

FSS – Forças e Serviços de Segurança.

HP – Hipótese.

HVAC – *Heating ventilating and air conditioning*.

IOT – *Internet of Things*.

MIFA – Missões das Forças Armadas.

ONU – Organização das Nações Unidas.

PF – Polícia de Fronteira.

PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado.

PRM – Polícia da República de Moçambique.

PSP – Polícia de Segurança Pública.

SADCC – Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento da África Austral.

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

SENAMI – Serviço Nacional de Migração.

SNASP – Serviços Nacional de Segurança Popular.

SWOT – *Strengths* (pontos fortes), *Weaknesses* (pontos fracos), *Opportunities* (oportunidades) e *Threats* (ameaças).

RESUMO E PALAVRAS-CHAVE

O desenvolvimento industrial e o avanço técnico alteraram completamente a velha utopia das longas distâncias, de culturas diferenciadas e de territórios próprios. Esta realidade, viabilizou o desenfrear de identidades culturais, da ideia de pertença e tornou porosas as fronteiras dos Estado. Todavia, Moçambique não é alheio a esta realidade universal. Contudo, as ameaças criminais transfronteiriças e transnacionais assolam as fronteiras moçambicanas e acabam tendo impacto na segurança interna do país.

O atual contexto social, marcado pelos fluxos migratórios e o uso excessivo dos equipamentos tecnológicos, faz com que as dinâmicas sociais e criminais sejam completamente distintas e complexas, comparando com as dinâmicas tradicionais. A maneira de interação e comunicação das pessoas, bem como a facilidade das pessoas em efetuar transações monetárias, de viagem (para qualquer ponto do mundo), proporcionou inúmeras vantagens e, conseqüentemente, desvantagens associadas.

Diante destes factos, surgem ameaças e riscos que afetam as fronteiras geográficas dos Estados, a segurança interna e a geopolítica global. Todavia, os Estados enfrentam desafios acrescidos devido ao paralelismo e hiperatividade das ocorrências criminais globais e do terrorismo. Devido a sua complexidade, imprevisibilidade e a capacidade de implantar medo generalizado, estas ações desassossegam os Estados e ganham uma especial atenção no campo das políticas públicas de segurança.

Palavras-chave: Criminalidade; Fronteira; Globalização; Segurança interna; Tecnologia.

ABSTRACT

Industrial development and technical advancement completely changed the old utopia of long distances, differentiated cultures and own territories. This reality made it possible to unravel cultural identities, the idea of belonging and made the borders of the State porous. Therefore, Mozambique is not alien to this universal reality. However, cross-border and transnational criminal threats plague Mozambican borders and end up having an impact on the country's internal security.

The current social context, marked by migratory flows and the excessive use of technological equipment, makes the social and criminal dynamics completely different and complex, compared to traditional dynamics. The way of interaction and communication of people, as well as the ease of people in carrying out monetary transactions, travel (to any point in the world), provided numerous advantages and, consequently, associated disadvantages.

Faced with these facts, threats and risks arise that affect the geographic boundaries of States, internal security and global geopolitics. However, States face increased challenges due to the parallelism and hyperactivity of global criminal events and terrorism. Due to their complexity, unpredictability and the ability to implant widespread fear, these actions unease States and gain special attention in the field of public security policies.

Keywords: Crime; Border; Globalization; Internal security; Technology.

ÍNDICE

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS	III
ABREVIATURAS, ACRÓNIMOS E SIGLAS	IV
<i>ABSTRACT</i>	VI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	5
OPÇÕES METODOLÓGICAS	5
1.1. Problemática da investigação	5
1.2. Objetivos da investigação	6
1.3. Hipóteses de estudo	7
1.4. Método de estudo	8
CAPÍTULO II	9
ENQUADRAMENTO TEMÁTICO	10
1.1. Introdução	10
1.2. Conceitos temáticos	12
1.3. Fronteira (conceito)	12
1.4. Segurança (conceito)	12
1.5. Polícia (conceito)	13
1.6. Crime (conceito)	13
1.7. Criminalidade Organizada (conceito)	14
1.8. Criminalidade transnacional (conceito)	15
1.9. <i>Internet das coisas</i> (Conceito)	15
1.9.1. Inteligência artificial (conceito)	16
CAPÍTULO III	17
DO ESTADO E FRONTEIRA	17

1.1. Introdução.....	17
1.2. Da (in)segurança do Estado.....	18
1.3. Da segurança interna	20
1.4. Da segurança externa.....	21
1.5. Evolução do contexto de segurança.....	22
1.6. Relação entre a segurança interna e externa.....	23
1.7. Da fronteira.....	23
1.8. Das novas ameaças do Estado e fronteira.....	24
1.9. Das ameaças e riscos globais.....	26
SECÇÃO I.....	29
PENSAR A FRONTEIRA DE MOÇAMBIQUE	29
1.9.1. Introdução.....	29
1.9.2. A questão do Mapa-Cor-de-Rosa e a Conferência de Berlim	30
1.9.3. Inclusão de Moçambique na <i>SADC</i> e a <i>Commonwealth</i>	30
1.9.4. Posicionamento de Moçambique no espaço geográfico Africano.....	33
1.9.5. Dos limites e da situação criminal fronteiriça após o período colonial.....	34
1.9.6. Do controlo e salvaguarda das Fronteiras de Moçambique.....	35
1.9.7. Período colonial (1930-1974) e pós-independência (1975-1979)	36
CAPÍTULO IV.....	36
POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E A POLÍCIA DE FRONTEIRA	
37	
1.1. Introdução.....	37
1.2. Breve enquadramento histórico, legislativo e funcional da PRM	38
1.2.1. Polícia de Fronteira de Moçambique.....	40
1.2.2. Estrutura organizacional da Polícia de Fronteira de Moçambique.....	40
1.2.3. Funções da Polícia de Fronteira.....	41

1.2.4. Deveres e Responsabilidades da Polícia de Fronteira	42
1.2.5. Recursos humanos, meios de transportes e comunicação	42
1.2.6. Caracterização das práticas criminais fronteiriças nacionais	43
1.2.7. Caracterização de ações típicas de violação simples da fronteira	44

CAPÍTULO V	45
-------------------------	-----------

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	45
--	-----------

1.1. Do ponto de vista da segurança fronteiriça	47
1.2. Do uso das tecnologias ao serviço da vigilância e controlo das fronteiras.....	48
1.3. Quadro-proposta dos meios a aplicar para a proteção, controlo e vigilância fronteiriça	49

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS FUTURAS	53
---	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	57
---	-----------

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo 1: Organigrama do Comando do Ramo da Polícia de Fronteira de Moçambique ...	67
Anexo 2: Organigrama do Comando da Força de Guarda Fronteiras	68
Anexo 3: Organigrama do batalhão da Guarda Fronteira.....	69
Anexo 4: Organigrama da Companhia da Guarda Fronteira.....	70
Anexo 5: Credencial de autorização de fornecimento de documentos.....	71

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Ilustração do Mapa de Moçambique e países limítrofes.....	31
Figura 2: Mapa Cor-de-Rosa.	64
Figura 3: Imagem ilustrativa do Congresso de Berlim (1884-1885).....	65
Figura 4: Mapa Ilustrativo sobre a divisão de África.	66

INTRODUÇÃO

No âmbito do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Polícias (CMICP), ministrado no Instituto Superior de Ciências Polícias e Segurança Interna (ISCPSI), elaboramos a presente dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais. Contudo, o objetivo do nosso trabalho incidirá essencialmente em compreender o contributo da Polícia de Fronteira de Moçambique no panorama da segurança interna do nosso país.

A nova ordem técnica, industrial e científica alterou completamente o contexto social e transformou-o numa sociedade de ritmo acelerado. A forma como as pessoas comunicam, efetuam transações bancárias e a facilidade de viajar para qualquer canto do mundo trouxe alterações significativas na vida das pessoas, sobretudo na forma dos relacionamentos interpessoal. Das disposições ora mencionadas, emanam ameaças e riscos globais que desafiam a geopolítica global e a segurança dos Estados. Os Estados vêm-se hoje confrontados pela hiperatividade e o paralelismo das ocorrências criminosas globais e o terrorismo. Estes fenómenos preocupam os Estados de modo permanente devido à sua complexidade, imprevisibilidade da sua ocorrência e a capacidade de implantar medo generalizado.

O predomínio da segurança sobre outros bens jurídico traduz-se na criação de Forças e Serviços de Segurança (FSS), cujo a sua tarefa procura garantir e preservar as condições necessárias tendentes ao normal convívio social. Neste sentido, e de acordo com Feiteira & Santos (*et al.*, 2015), “(...) a abrangência das políticas públicas de segurança e a prevalência da segurança como bem jurídico sobre outros valores reflete a perspetiva de que certos bens tornam indispensável e carecem de uma forte proteção do direito” (p. 18). Neste domínio, as Forças de Serviço e Segurança (FSS), ocupam-se substancialmente em antecipar, prevenir, minimizar riscos e ameaças públicas. Diga-se, neste sentido, que sem a segurança “(...) as demais garantias de Estado de Direito ficariam desprovidas de sentido útil se o Estado não proporcionasse a todas as pessoas um patamar mínimo de acesso efetivo às condições gerais de autonomia, de liberdade e de bem-estar (...)” (Novais, 2009, p. 28).

No entanto, o objeto do nosso trabalho recaiu fundamentalmente na questão da segurança interna e o contributo dado pela Polícia fronteiriça moçambicana no domínio da segurança interna. Todavia, dado que a segurança abrange uma pluralidade de fatores, estreitar o nosso foco permitir-nos-á orientar a nossa investigação dentro dos padrões que pretendemos alcançar no final. Note-se, porém, de acordo com Valente (2013), “(...) falar

de *segurança interna* impõe que, em contraponto, se fale de *segurança externa*, sem que queiramos fazer um grande aprofundamento do tema, e a visão dogmática face, por um lado, a segurança nacional e, à nova conceção de *Estado Fronteiras (...)*” (p. 90).

Neste domínio, a nossa incidência sobre a questão da segurança fronteiriça, que em muito contribui para segurança interna, emerge da observância de novos paradigmas criminais transfronteiriços de ordem global. De acordo com Valente (2013), a segurança deve satisfazer as necessidades da paz social, da ordem, da tranquilidade públicas e “(...) assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos e das liberdades fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática (...)” (p. 106).

A universalização das ameaças trouxe alterações para a segurança interna. Obviamente, a globalização é um veículo que propicia a universalização das ameaças que assola toda a extensão do nosso planeta (terra). Podemos atribuir à globalização os efeitos do afrouxamento de fronteiras físicas e a emergência de novas dinâmicas da criminalidade internacional. Nesta senda, na perspetiva de Fernandes (2014), “(...) a globalização (...) fornece ao mundo uma alteração profunda nas estratégias e políticas de segurança nacional e deve obrigar a uma antevisão dos conflitos para que não se perca a capacidade de antecipação às ameaças e aos riscos, quer locais, regionais ou até mundiais” (pp. 20-21).

Porém, Moçambique tem atraído investidores europeus e norte-americanos, movidos pela riqueza do seu subsolo, essencialmente, em hidrocarbonetos e pedras preciosas. Todavia, a descoberta do gás natural na bacia do Rio Rovuma, na província de Cabo Delgado, no norte do país, representa um exemplo mais recente dessas alegadas riquezas. Tal constatação, para além de ser um fator promissor para o crescimento da economia moçambicana, obviamente, poderá agudizar o fluxo migratório no país. No nosso entender, os gigantes investimentos anunciados nesta região do país, pode afetar questões ligadas a segurança fronteira, na medida em que poderá eventualmente desencadear a necessidade de procura de oportunidades de negócio e de emprego por parte dos cidadãos nacionais de Moçambique, bem como dos países vizinhos.

Precisamente por isso, afigura-se necessário que a Polícia da República de Moçambique e em específico a Polícia de Fronteira, delinieie estratégias de reestruturação e inovação de meios no sentido de antecipar-se sobre a ocorrência de possíveis práticas criminais oriundos de outros países.

Conforme atesta Valente (2013), “(...) a reestruturação é inevitável e impõe-se por razões dos tempos (...) e de consciencialização da enfermidade (...) de cada Estado” (p. 16).

Mediante dos pronunciamentos deste autor e, apesar dos investimentos anunciados não surtirem (por enquanto) efeitos na economia do país, não se pode olvidar da questão da manutenção da ordem e tranquilidades públicas e sobretudo da questão da segurança interna, dado que o desenvolvimento de um país depende muito do nível de segurança interna.

Em bom rigor, harmonizando os meios tecnológicos e a atividade exercida pela Polícia de Fronteira de Moçambique, pensamos que seria mais uma-valia, tendo em conta a nova ordem imposta pelo mundo da criminalidade mundial. Só desta forma cogitamos que poder-se-á alcançar a eficiência e a eficácia dos esforços da Polícia de Fronteira em prevenir, antecipar e mitigar eventuais riscos e perigos eminentes. Note-se, porém, que os riscos devem ser vistos numa perspetiva futura e não em acontecimentos ocorridos. Na perspetiva de Beck (2013), o “(...) risco tem, portanto, fundamentalmente que ver com antecipação, com destruição que ainda não ocorreram, mas que são eminentes, e que, justamente nesse sentido, já são reais hoje” (p. 39).

Nesta senda, o nosso trabalho incidirá essencialmente sobre os desafios da Polícia de Fronteira de Moçambique, sem olvidar da Polícia da República de Moçambique no geral, em apostar nos novos meios tecnológicos, no sentido de coadjuvar os esforços dos operacionais no terreno. Com base nestes pressupostos, o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) “exige a aquisição contínua de novos saberes e competências e obriga à mudança de atitude dos diferentes atores sociais” (Barata & Pires, 2010, p. 392). Precisamente por isso, queremos trazer para a reflexão a predominância das TIC no contexto atual da sociedade mundial. Nesta lógica, alertamos para que a Polícia de Fronteira de Moçambique não ignorasse a supremacia exercida pelos meios tecnológicos na atualidade. Afigura-se imprescindível os recursos tecnológicos para qualquer instituição atual e a polícia não é exceção.

Pretendemos, nas páginas subsequentes, sugerir opiniões e recomendações que achamos relevantes para a Polícia de Fronteira de Moçambique, de modo a melhorar a qualidade das suas atividades no controlo e fiscalização fronteiriça. Humildemente, no nosso entender e após a verificação do cômputo geral do estado da arte e as análises criteriosas (para não incorrermos em *soluções mágicas*), as opiniões que pretendemos encetar estariam alinhadas com a nova conjuntura social e criminal que assola o país e as suas fronteiras.

Diga-se que as eventuais sugestões serão baseadas em critérios que, mais abaixo serão elucidados, mediante o método de estudo que iremos aplicar, ao qual nos conduzirá aos resultados e propostas futuras. É desta forma que pretendemos embarcar nesta aventura

científica e/ou académica com esperança de nos conduzir a um bom porto, ou seja, aos resultados pretendidos.

Com base nesta abordagem, e partindo dos dados existentes sobre os meios humanos e materiais que a Polícia de Fronteira de Moçambique dispõe, queremos acreditar que a nossa reflexão trará, de certa forma, uma compreensão acerca dos meios existentes, bem como das dificuldades e vulnerabilidades com que se depara a Polícia de Fronteira de Moçambique.

Porém, importa referir que o simples facto da escolha do tema revelou-se uma tarefa árdua. No meio de tantas incertezas e o desejo de escolher um tópico relevante e que, de alguma forma, contribuísse para o desenvolvimento institucional e, de igual modo, para a melhoria da segurança interna, conduziu-nos a um esforço intrincado. Contudo, dado que também as *rosas possuem espinhos*, tal esforço faz parte do processo.

CAPÍTULO I

OPÇÕES METODOLÓGICAS

A metodologia estuda o método de uma investigação científica, não obstante, “(...) consiste num processo de seleção da estratégia de investigação, que condiciona, por si só, a escolha das técnicas de recolha de dados, que devem ser adequadas aos objetivos que se pretendem atingir” (Baptista, 2011). Porém, na perspetiva de Sarmento (2013), a metodologia científica consiste na escolha do método aplicado a ciência, ou seja, “(...) significa o estudo do método aplicado a ciência. Consoante a área da ciência que se estuda, há objetos distintos e consequentemente procedimento diferentes” (p. 4).

1.1. Problemática da investigação

Recentemente têm sido descobertos e explorados recursos naturais de diversos tipos em Moçambique, com destaque para carvão mineral, minas de rubi, gás natural, entre outros, os quais, em certa medida, têm atraído investidores nacionais e estrangeiros. Contudo, devido a estes acontecimentos verifica-se um aumento de entrada de pessoas no país, bem como focos de práticas criminais que afetam as fronteiras nacionais moçambicana. De notar que são múltiplas as motivações que tornam o país apetecível, seja, por oportunidades de negócio, acesso aos países da região do *hinterland* ou até mesmo para a prática de atividades criminosas.

A Polícia da República de Moçambique, mais concretamente o Ramo da Polícia de Fronteira, debate-se com a falta de meios adequados para responder às novas dinâmicas que o país vive. Afigura-se necessário inovação de meios utilizados pela Polícia de Fronteira de Moçambique, que de certa forma iriam coadjuvar na prevenção, mitigação e combate de focos de incidência das ações criminosas e violação dos marcos fronteiriços nacional. Dada a velocidade de disseminação das novas dinâmicas criminais à escala global, é inconcebível delinear estratégias sem possuir recursos e meios convenientes para combater as ameaças, ou até mesmo, para adequar as respostas aos fenómenos observados. Diante desta realidade, é notório a existência de certas práticas criminais oriundas de países mais desenvolvidos que extravasam a realidade moçambicana, um país ainda em vias de desenvolvimento.

De acordo com Lourenço & Santos (*et al.*, 2015, p. 88), a mundialização das ações criminosas “(...) no contexto de países em desenvolvimento a situação assume contornos

diferentes (...). Os países da África Austral, da América Central e do Sul e das Caraíbas são os que registam as taxas mais elevadas de criminalidade do conjunto de 207 países incluídos na análise das Nações Unidas (...)”, ao qual inclui-se Moçambique.

Neste sentido, tencionamos com a investigação que pretendemos desenvolver responder à seguinte questão de partida: *“Face a emergência de novas dinâmicas criminais transfronteiriças, quais as medidas estratégicas que a Polícia de Fronteira de Moçambique deverá adotar para responder à emergência destes novos paradigmas”?*

Como perguntas de partida derivadas elencamos as seguintes questões:


- ❖ Em que medida as fragilidades na fiscalização e controlo das fronteiras interferem na segurança interna?
- ❖ Qual o contributo da Polícia de Fronteira de Moçambique no plano nacional de segurança?
- ❖ Qual seria o ónus da utilização das novas ferramentas tecnológicas no plano das ações desenvolvidas pela Polícia de Fronteira de Moçambique no tocante à prevenção criminal?
- ❖ A aposta em níveis de serviços alinhados com os novos acontecimentos sociais e criminais seria um dado importante na área da segurança fronteiriça nacional?

1.2. Objetivos da investigação

Objetivo geral

Pretendemos compreender em que medida a fragilidade no controlo das fronteiras constitui um fator crítico para a segurança interna. Também pretendemos delinear quais as dificuldades com que se depara a Polícia de Fronteira de Moçambique face às novas ameaças associadas ao crime organizado, transnacional e transfronteiriço. Não obstante, desejamos identificar as medidas estratégicas adequadas para a sua prevenção, irradicação e combate.

Objetivos específicos

-  Perceber até que ponto a implementação das medidas de proteção, vigilância, controlo e fiscalização das fronteiras nacionais contribuem para a segurança interna;

- ✚ Compreender o contributo dado pela Polícia de Fronteira de Moçambique em relação ao aumento de sentimento de segurança e bem-estar da população moçambicana;
- ✚ Verificar a relevância da intervenção da Polícia de Fronteira de Moçambique em relação aos fatores criminais observados ao longo das fronteiras nacionais.

1.3. Hipóteses de estudo

Após a identificação do problema central que norteia as linhas de investigação do presente trabalho, as hipóteses constituem uma pré-resposta aos problemas identificados. Pela sua natureza, as hipóteses caracterizam o espírito da descoberta de qualquer facto no campo da investigação científica. Assente numa base fundamentalmente teórica, as hipóteses fornecem atempadamente as respostas futuras do fenómeno estudado (ainda numa fase embrionária).

Todavia, a organização de uma investigação em torno de hipóteses constitui a melhor forma de conduzir um trabalho com ordem e rigor. Sem por isso sacrificar o espírito de curiosidade levada a cabo pelo investigador. Além disso, um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não for estrutura do em torno de uma ou de várias hipóteses (Quivy & Compenhoudt, 2017, p. 119).

Na logica de Bell (2010, pp. 39-40), “(...) as hipóteses fazem, portanto, afirmações sobre relações entre variáveis e oferecem ao investigador uma linha de orientação quanto à forma como o palpite original poderá ser testada.” Assim sendo, iremos orientar a nossa linha de investigação confrontando as hipóteses abaixo indicadas.

HP1: A atual conjuntura mundial, em que as ações da criminalidade organizada, transnacional e fronteiriça ignoram fronteiras geográficas e experimentam novos *modus operandi* constitui uma crucial preocupação delinear estratégias policiais, tendo em consideração as tipologias das ações ora vigente constitui uma necessidade inadiável;

HP2: Incluir o uso das tecnologias nas políticas estratégicas de controlo, fiscalização e vigilância das fronteiras de Moçambique contribuirá, em muito, para o enfraquecimento dos esquemas de criminalidade organizada, transnacional e transfronteiriça;

- ❖ No contexto global atual, é necessário dotar a Polícia de Fronteira de Moçambique com meios adequados e especializados para mitigar, prevenir e combater as ações das novas práticas criminais.

1.4. Método de estudo

Para tornar o nosso trabalho exequível iremos de entre várias hipóteses/informações relacionadas com a nossa problemática, selecionar aquelas que convergem com os nossos objetivos. Tendo por base os conteúdos de obras e documentos distintos, da sua recolha e análise, pensamos ser o caminho certo para a concretização do nosso estudo.

Neste âmbito, para o nosso estudo recorreremos ao método hipotético-dedutivo e análise documental ou de conteúdo. De acordo com Reis (2013, p. 18), “(...) o método hipotético-dedutivo é adotado quando os conhecimentos disponíveis sobre determinado assunto não são suficientes para a explicação de um fenómeno. Assim, são formuladas e testadas as hipóteses com o propósito de facilitar a identificação de outros conhecimentos e instrumentos, relevantes ao problema.” Para Sarmiento (2013, p. 9), este método consiste essencialmente na enunciação de hipóteses que explicam determinadas conjuntura/fenómenos, ou seja, “(...) é um método de tentativas e eliminação de erros, que não leva a certeza total, pois o conhecimento absolutamente certo e demonstrável não é alcançado. Este método é logicamente válido, pois fundamenta-se na reunião de observações, factos e ideias, que validam as hipóteses.”

Por outro lado, a análise documental e/ou de conteúdo permitir-nos-á colher diversas fontes dados e informações e que, de certa forma, ajudarão na obtenção dos resultados do presente estudo. A análise documental consiste num “(...) conjunto de operações visando representar conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar (...), a sua consulta e referenciação. Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo (...) representar de outro modo essa informação por intermedio de procedimentos de transformação” (Bardin, 2019, p. 47).

Todavia, a análise de conteúdo admite a aplicação ou implementação de procedimentos próprios adequados ao estudo em concreto. Para o nosso estudo, conforme explica Sarmiento (2013, p. 49), recorreremos aos procedimentos abaixo indicados:

- A análise de verificação que visa verificar as hipóteses definidas previamente, havendo um objetivo devidamente identificado;
- Métodos abertos ou exploratórios, os quais não possuem ‘categorias pré-definidas’, sendo a análise de conteúdo exploratória.

De acordo com Bell & Dufy (2010, p. 102), as fontes documentais incluem fontes de origem interna e externa, independentemente da origem do assunto em análise ou estudo, isto é, “(...) a pesquisa de dados documentais pode ter de cobrir tanto as fontes estrangeiras como as do país do investigado.” Por conseguinte, Reis (2018, p. 90) salienta que a análise documental engloba uma vasta panóplia de recursos e permite recolher informações de várias fontes, nomeadamente: “(...) consulta de revistas científicas, livros técnicos, entre outros textos, permite recolher informações que podem ser cruzadas com os resultados de outros instrumentos (...), que ajudam a confirmar factos observados e respostas fornecidas.”

A análise do conteúdo de documentos pode ser utilizada segundo duas perspetivas:

- ❖ Completar a informação obtida por outros instrumentos de recolha de dados, de modo a encontrar informações úteis para o objeto de estudo;
- ❖ Funcionar como principal método de investigação e, neste caso, os documentos são alvo de estudo por si próprios.

A análise documental, no nosso entender, apresenta-se como o caminho que melhor se adequa aos objetivos da nossa investigação/estudo. Portanto, dada as dificuldades de contactar os profissionais moçambicanos do ramo da Polícia de Fronteira, basear-nos-emos, fundamentalmente, na pesquisa bibliográfica sobre as matérias que compõem o objeto do nosso estudo e, de igual modo, iremos formular uma credencial (pedido), para que nos sejam concedidos documentos e outros dados, tais como: Planos Estratégicos, Relatórios, Diretivas Operacionais entre outros documentos desta Polícia, no sentido de servirem de suporte para concretização do presente estudo.

CAPÍTULO II

ENQUADRAMENTO TEMÁTICO

1.1. Introdução

O crescente avanço técnico fez emergir a ideia de vivermos numa “aldeia global”, onde a rápida propagação ou mediatismo das mais diversas ocorrências influenciam as decisões políticas e comportamentos dos indivíduos. As novas tecnologias de informação e comunicação têm ganhado uma elevada notoriedade e, deste modo, verifica-se o esbatimento das fronteiras físicas entre continentes, os Estados, os povos e culturas. Esta realidade trouxe novos desafios à segurança interna, na medida em que se verificam formas cada vez mais sofisticadas na atuação da atividade criminosa organizada, transnacional e transfronteiriça.

No entanto, a polícia vê-se obrigada a mudar a sua forma de atuação, visto que os *modus operandi* dos criminosos são igualmente mais distintos a cada momento, assumindo, deste modo, uma certa complexidade e sofisticação na sua atuação. Para que as Forças de Defesa e Segurança (FDS) não sejam ultrapassadas, entre as quais, a Polícia de Fronteira de Moçambique não é exceção, urge a necessidade de encontrar medidas no sentido de repensar as políticas estratégicas da sua atuação (para responder as novas dinâmicas oferecidas pela globalização criminal). Não obstante, Paulino (2003), sustentou que “a globalização compreende, no caso da criminalidade, a internacionalização de atos e práticas criminosas e a extensão dos tentáculos de grupos organizados para a prática de crimes pelos vários países.”

Por outro lado, para referir casos inversos às dinâmicas criminais, as quais conhecem avanços significativos no setor empresarial, das telecomunicações e dos transportes. No entanto, a criminalidade, preenche o acervo das possibilidades oferecidas pela globalização. Contudo, Lourenço & Santos (*et al.*, 2015) salientam que “(...) a criminalidade transnacional se tem espalhado de forma exponencial com o processo de globalização e só recentemente os Estados e as organizações internacionais tiveram algum progresso no desenvolvimento de medidas para combater este tipo de criminalidade” (p. 87). Neste contexto, e para que as Forças de Defesa e Segurança cumpram com a missão para o qual foram concebidas, dependerá muito (face aos novos paradigmas da criminalidade), na adoção de meios e equipamentos modernos dotados de novas tecnologias.

Conforma explana Chiavenato (2002, p. 235), a dependência das organizações pelos recursos tecnológicos decorre desde a Revolução Industrial, a qual “(...) foi o resultado da

tecnologia de aplicação da força motriz do vapor na produção e que logo substituiu o esforço humano permitindo o aparecimento das fábricas e indústrias”, não obstante, de acordo com este autor, o final do século XVIII foi marcado pelas seguintes invenções:

- A invenção da máquina de vapor que foi o primeiro passo para aceleração dos processos produtivos;
- A invenção do telefone, no final do século XIX, permitiu a expansão e desconcentração das organizações rumo a novos diferentes mercados;
- O navio, o automóvel e os aviões proporcionaram uma expansão sem precedentes nos negócios mundiais.

Assim sendo, a tecnologia existe para coadjuvar os esforços humanos, ou seja, a tecnologia existe para servir o Homem. Na presente conjuntura e perspetivando o futuro, será, indissociável a conexão entre o Homem e as novas tecnologias. No entanto, a nova conjuntura dos fenómenos criminais impôs à Polícia novos desafios, numa aposta na tecnologia de ponta, isto para prover a Polícia de meios modernos e a capacidade de acompanhar e responder às demandas impostas pelo mundo do crime, ao qual os *modus operandi* são cada vez mais sofisticados e complexos. A ser assim, deve-se estabelecer um equilíbrio entre os esforços humanos e o uso dos meios técnicos, de modo a harmonizar a ação policial aos novos paradigmas criminais e sociais observados. Só desta forma poder-se-á alcançar a eficácia e eficiência das ações desenvolvidas pela Polícia, das quais a Polícia de Fronteira de Moçambique não é exceção.

Conforme Fernandes (2014), “(...) o aparecimento de novas ameaças de cariz global, os seus reflexos, *obrigam-nos* certamente a encontrar respostas que passam quer pela redefinição dos temas de segurança quer pela conceção e coordenação de *renovadas* políticas de segurança” (p. 29). Nesta lógica, as complexidades apresentadas pelas novas realidades de ordem global, refletem-se em todos os países, subsequentemente, com impactos mais profundos nos países em vias de desenvolvimento. A nova conjuntura social exige da polícia e outras organizações serviços cada vez mais seguros, dinâmicos e flexíveis, por conseguinte, obriga as instituições públicas e privadas a não abdicar das potencialidades oferecidas pelas novas tecnologias.

As mudanças são evidentes e observadas por todos. Note-se, porém, que a realidade mundial hodierna, não permite que as organizações trabalhem de modo rudimentar e desalinhado ao contexto social. A inovação é urgente e inadiável, pois qualquer organização que pretenda manter os padrões de exigência desejados pelo seu público-alvo, passará antes pela inovação tecnológica.

1.2. Conceitos temáticos

Vários conceitos em Ciências Sociais assumem um carácter polissémico, das quais os conceitos que vamos mencionar abaixo não são exceção. Nesta senda, tomamos como ponto de partida o conceito de “fronteira”.

1.3. Fronteira (conceito)

Como é óbvio, começamos com o conceito de “fronteira” pelo simples facto de este assumir-se como a base fundamental da temática que pretendemos estudar. Nesta senda, a “fronteira”¹ é o limite externo que separa dois países; linha de demarcação entre duas frentes; limite, fim, baliza; expedição militar para defesa dos limites ou fronteiras de um país. Por outro lado, a “fronteira”² é a extrema que separa duas regiões ou dois países confinantes; raia; limite.

Em sentido lato, uma fronteira é uma linha imaginária que delimita o território terrestre, fluvial, marítimo e aéreo de um determinado Estado, separando-o de territórios adjacentes. Preceitua Patrício (2014) que “(...) dentro de cada um dos limites criados, passa a vigorar um ordenamento político e jurídico, específico e autónomo, diferente daquele possível de encontrar no outro lado da fronteira” (p. 5).

1.4. Segurança (conceito)

Tal como referimos acima, a “segurança”³ é um conceito poliédrico, uma conceção mutável no tempo e no espaço. Além de ser um bem jurídico, a segurança pode ser entendida como um sentimento coletivo ou individual. A sua versatilidade subordina-se ao contexto, lugar e circunstância da sua abordagem. Todavia, etimologicamente, a palavra “segurança” provém do latim *securus*, que significa “sem temor”, o mesmo será dizer, “sem cuidados”, ou seja, a situação de ausência de riscos, perigos ou ameaças. Corresponde a um estado

¹ *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*, Texto Editora, Lisboa, 1995, p. 718.

² *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto Editora, Lisboa, 1982, p. 679.

³ A mutabilidade da segurança ganha dimensões com a subordinação do pensar positivista à incerteza inerente à sociedade promotora de uma *vida liquido-moderna* assente numa estratégia do uso do medo como lógica de saturamento da vivência humana e de promoção da desregulação inerente a «mercados sem fronteiras» (Valente, 2013, pp. 118, 119).

psicológico e uma representação social de um direito à proteção, que supõe a existência de condições externas de ordem e paz pública, garantidas ao cidadão” (Painho & Araújo, 2018, p. 28).

Precisamente por via da sua natureza, o conceito de “segurança” pode incorporar mais que um quadro físico-intelectual e, por conseguinte, provoca uma análise que, por ser densa, pode ser confusa e trazer para a citada tripla discursividade uma amálgama de considerações que, necessariamente, mesclam com o conceito de “segurança interna” (Valente, 2013, p. 80). No ponto de vista sociológico, Santos & Feiteira (*et al.*, 2015) apontam que “(...) a segurança tem assumido um papel determinante nas opções políticas e na definição das políticas públicas da segurança” (pp. 20-21). Esta relação com o bem jurídico “segurança” faz com que a segurança seja vista numa perspetiva mais abrangente nos últimos anos. A título de exemplo, atualmente a segurança abarca questões ligadas ao ambiente, a alimentação, saúde, emprego, entre outros fatores.

1.5. Polícia (conceito)

Nas comunidades mais recuadas não existiam corpos de Polícia, muito menos se podia falar em policiamentos ou modelos de policiamento. Tal como esclarece Afonso (2018), nestas comunidades “(...) esteve sempre presente o sentido de (guarda), com as mais variadas funções de zelar pelos bens próprios, vigiar lugares ou pessoas, guardar as portas da cidade, acautelar o património, enfim, tudo com o objetivo essencial de proteger e assegurar algo.”

Porém, na perspetiva de Ribeiro (2014), a “(...) polícia é a instituição estatal que estaria autorizada a utilizar a força de modo legítimo para obrigar o indivíduo a comportar-se de acordo com determinadas regras, ainda que contra a vontade dele” (p. 7). Porém, de acordo com Elias (2018, p. 21), o qual advoga que “(...) a partir de Platão e Aristóteles, o conceito transforma-se para designar um conjunto de leis para a administração geral da cidade: a ordem moral pública, a saúde pública e salubridade (...)”.

1.6. Crime (conceito)

O “crime” não é um conceito novo nem uma questão gerada pela globalização, obviamente, é um facto que acompanha a evolução do tempo e da sociedade. Apesar de o

crime possuir uma característica lesiva, o crime, *per si*, é uma prática enraizada nas relações humanas. A noção do “crime” depende do quadro legislativo de cada país ou Estado. Todavia, a noção material do crime é balizada de acordo com os princípios constitucionais de cada Estado. Porém, aquilo que pode ser considerado crime ou comportamento fora dos padrões aceitáveis dentro de uma comunidade, numa outra comunidade/sociedade pode ser totalmente o oposto.

Por conseguinte, o crime é indubitavelmente muitíssimo variável do ponto de vista histórico. A evolução moral, ética e social das comunidades provocou a mutação do conceito do “crime”. Corresponderá, assim, à descrição formal de uma determinada conduta considerada lesiva aos bens jurídicos fundamentais (Ventura & Santos, *et al.*, 2015 p. 83). Do ponto de vista formal, poderemos afirmar que a noção de “crime” se prende, sobretudo, com a ofensa grave a esses mesmos bens jurídicos essenciais ou, pelo menos, assim considerados por uma comunidade historicamente organizada. De acordo com Fernandes (2014), “(...) o crime é um fenómeno que afeta todas as sociedades e é a sua definição legal – é toda a conduta humana punível pela lei penal – que determina a formas como a sociedade reage perante determinados comportamentos.”

1.7. Criminalidade Organizada (conceito)

Quanto a abordagem conceitual da “criminalidade” organizada, não existe um consenso comum. No entanto, a criminalidade corresponde a um “conjunto de atos penalmente puníveis, numa determinada sociedade e num determinado período histórico” (Santos & Lourenço *et al.*, 2015, p. 87). As novas abordagens “tendem, sobretudo, a colocar em evidência a ação de redes, difundidas ao nível global, operando a grande escala em mercados criminais, onde grupos de pessoas mais ou menos interligadas oferecem e procuram a realização de ações criminosas” (Valente & Rodrigues *et al.*, 2019, p. 35).

Por outro lado, tal como o próprio nome indica, a criminalidade organizada compreende toda a forma de crime que comporta uma estrutura própria e consolidada, onde se verifica uma distribuição de tarefas de uma forma administrativa e hierárquica. Obedecendo àquela que é, usualmente, a criminalidade organizada, seria, então “(...) toda a forma de associação que tenta controlar certos setores de atividades económicas, legais e ilegais, através da chantagem, da extorsão, da intimidação, e que protege essas atividades por uma “lei do silêncio” *l’omertà*, cuja transgressão é severamente sancionada” (Monet, 2002, p. 185).

Constitui um exemplo mais expressivo da criminalidade organizada, os cartéis, as máfias e os sindicatos constituídos com o único objetivo de enriquecimento ilícito por meio de venda e aquisição de bens e serviços comumente ilegais. De acordo com Santos & Anes (*et al.*, 2015, p. 89), estas organizações “apresentam um desenvolvimento da organização como se fosse uma verdadeira empresa criminal, com as lógicas de mercado – seu único objetivo é de internacionalização que se enquadram naquilo a que se costuma a denominar de globalização ou mundialização do crime.”

1.8. Criminalidade transnacional (conceito)

São práticas criminais que quebram barreiras fronteiriças nacionais e que obstam a estabilidade política e social dos Estados. Lourenço & Santos (*et al.*, 2015, p. 95) apontam que “(...) em 1995, a ONU identificou várias categorias de crime transnacional, cuja preparação, execução, e/ou efeitos diretos ou indiretos envolvem mais de um país”, dos quais destacam-se:

“(...) lavagem de dinheiro; atividades terroristas; roubo de objetos de arte e culturais; roubo de propriedade intelectual; tráfico ilícito de armas; sequestro de aviões; pirataria marítima; fraude de seguros; criminalidade informática; criminalidade ambiental; tráfico de pessoas; tráfico de órgãos humanos; tráfico ilícito de drogas; falência fraudulenta; infiltração em empresas legítimas; corrupção e suborno de funcionário público ou agentes partidários” (p. 95).

1.9. Internet das coisas (Conceito)

O prosseguir técnico quebra barreiras inimagináveis em todas as esferas da vida humana. O digital tomou conta de quase tudo, pelo que as coisas/objetos começam a possuir sensores com a capacidade de comunicar entre si através da interatividade e transmitir informações aos seus utilizadores. A *Internet of Things* (IOT), muitas vezes mencionada com a “*internet das coisas*”, comporta segundo Magrini (2018), “sensores capazes de captar aspetos do mundo real, como por exemplo temperatura, umidade e presença, e enviá-los a centrais que recebem estas informações e as utilizam de forma inteligente” (p. 44).

Todavia, a IOT é composta por redes diferentes para determinada finalidade. Por exemplo, os carros atuais têm várias redes para controlar a função do motor, recursos de segurança, sistemas de comunicação e assim por diante. Os prédios comerciais e residenciais também possuem vários sistemas de controle para aquecimento, ventilação e ar-condicionado (HVAC), serviços telefónicos, segurança e iluminação. À medida que a IOT

evolui, essas redes e muitas outras estarão conectadas com mais recursos de segurança, análise e gerenciamento (Evans, 2011, p. 4).

1.9.1. Inteligência artificial (conceito)

Fruto da imaginação e da capacidade intelectual, a Inteligência Artificial (IA) é uma invenção entre tantas outras desenvolvidas para facilitar a sua sobrevivência. Em bom rigor, a Inteligência Artificial (IA) é entendida “geralmente como o desenvolvimento de máquinas que conseguem pensar e aprender”⁴, não obstante, é a “(...) arte de criar máquinas que executam funções que exigem inteligência quando executadas por pessoas” (Kurzweil, 1990, cit. por Gomes, 2010). Por conseguinte, a IA pode ser entendida como a transferência do mínimo do intelecto para as máquinas.

Neste domínio, a IA é um ramo da ciência da computação que se propõe a elaborar dispositivos que simulem a capacidade humana de raciocinar, perceber, tomar decisões e resolver problemas, enfim, exercer capacidades inteligíveis⁵. Os vários conceitos acima elencados demonstram a abrangência multidisciplinar do nosso estudo, ou seja, além do campo das Ciências Policiais que constitui o alicerce da nossa investigação, recorreremos a outras áreas do saber científico para justificar o objeto do nosso estudo.

Contudo, o nosso estudo assume um caráter compósito, na medida que iremos socorrer-se de outras Ciências, tais como: a Sociologia, o Direito, as Ciências Políticas e as Ciências de Informação e Comunicação, entre outras. A interdisciplinaridade demonstra claramente que nenhuma ciência é autossuficiente e daí a razão da complementaridade e interdependências das áreas do saber científico.

⁴José C. Príncipe, “Importância da Inteligência Artificial (IA)”. Fonte: <https://www.incode2030.gov.pt/newsletter/01/importancia-da-inteligencia-artificial-ia>, obtido em 3 de janeiro de 2020.

⁵ Fonte: <https://www.tecmundo.com.br/intel/1039-o-que-e-inteligencia-artificial-.htm>, obtido em 3 de janeiro de 2020.

CAPÍTULO III

DO ESTADO E FRONTEIRA

1.1. Introdução

O Estado representa uma das principais formas da política organizacional das sociedades. Todavia, cabe ao Estado a preservação da integridade territorial e dos limites fronteiriços nacionais. No entanto, de acordo com Continho & Fontes (*et al.*, 2017), o “(...) conceito de Estado é polissémico e tem sido objeto de estudo por várias áreas⁶ de conhecimento como uma das mais usuais formas políticas de organização societária” (p. 187).

Por conseguinte, na visão de Thomas Hobbes, o Estado era “(...) uma pessoa de cujos atos uma grande multidão, mediante pactos recíprocos uns com os outros, foi instituída por cada um como outrora, de modo a ela poder usar a força e os recursos de todos, da maneira que considerar conveniente, para assegurar a paz e a defesa comum⁷.” Não obstante, de acordo com Ribeiro (2014), o Estado “(...) pode ser definido como uma comunidade humana que, nos limites de um território determinado, reivindica com sucesso e por sua própria conta o monopólio da força física cujo exercício se dá por meio de uma força pública denominada Polícia” (p. 7).

Neste domínio, não se pode olvidar da questão do território, povo e soberania, ao qual fazem parte do conjunto de regras tendentes a legitimação e o reconhecimento dos Estados, ou seja, integram o leque dos requisitos para que um Estado tenha reconhecimento diante de outros Estados no palco das relações internacionais. Porém, Innerarity (2009, cit. por Fernandes, 2014), o “(...) território é um instrumento de segurança merece de delimitação da fronteira, essencialmente distinta do *limes* dos impérios, que era dinâmico e móvel” (p. 86). Cunha (2016) defende que “(...) um Estado sem pessoas não pode conceber-se (a menos que façam o seu lugar, ficcionalmente, utopicamente, cachorros ou robots, etc.)” (p. 9).

⁶ O Direito e a Ciência Política têm-lhe dedicado uma atenção permanente e a experiência contemporânea tem demonstrado que o Estado se apresenta como preferida pelos diferentes movimentos políticos nacionais e mesmo autonómicos ou de libertação que se fazem ouvir no palco internacional. O conceito remete, desde logo, para a mais importante estrutura com voz própria na comunidade internacional (a par das organizações internacionais). No âmbito da ordem jurídica interna o Estado surge como uma pessoa coletiva de Direito Público, a par de outras como as regiões autónomas e as autarquias locais (Continho & Fontes, *et al.*, 2017. p. 187).

⁷ Extraído da obra intitulada “Leviatã”, traduzida por João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva, 4.^a edição, 2009, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 2009, p. 146.

Mediante os princípios da soberania⁸, os Estados considerados “soberanos” exercem na sua plenitude o poder político, por outro lado, nos considerados não-soberanos subsistem algumas restrições aquando do exercício do poder político. Contudo, o reconhecimento de um Estado ao nível internacional explica-se pelo pleno exercício do poder soberano dentro dos limites fronteiriços terrestre, fluvial, marítimo e aéreo, não obstante, diante do povo que governa e dos organismos institucionais internos.

Entretanto, importa salientar que a soberania, por si só, não constitui a *ultima ratio* para o reconhecimento e manutenção de um Estado. Todavia, a mesma soberania prevalece quando se alcança as condições necessárias da segurança. Neste domínio, a segurança apresenta-se como a vanguarda do livre exercício de tantos outros direitos dentro do Estado de Direito democrático. Tal como refere Clemente (2015), “(...) o Estado incorpora um sistema de funções destinado a realizar certos fins. Para alcançar os fins de segurança, justiça e bem-estar, o Estado desenvolve um conjunto de atividades, por tempo indefinido, denominadas funções do Estado” (p. 53). Todavia, na perspetiva de Oliveira (2015), o Estado “(...) enquanto coletividade, ou seja, um povo fixo num determinado território que nele institui, por autoridade própria, um poder político relativamente autónomo, prossegue como fim a segurança, a justiça e bem-estar” (p. 33).

1.2. Da (in)segurança do Estado

Desde sempre a segurança do Estado gravitou em torno da segurança interna e externa, muito embora atualmente o seu campo de abrangência seja alargado. Com base nesta hegemonia, revela-se importante salientar que no domínio das políticas de segurança atuam dois grandes atores (Forças Armadas e Forças de Serviço e Segurança). Geralmente, um atua no campo da segurança interna e o outro no domínio da segurança externa do Estado.

Conforme fundamenta Elias (2018, p. 285), ocupa-se da segurança interna “(...) as Forças de Segurança (ou em sentido lato, a Polícia), e componente externa (...) as Forças Armadas têm um campo de atuação essencialmente vocacionado para a defesa militar da República e para satisfazer os compromissos internacionais (...), por exemplo, defesa quanto a agressões externas, missões humanitárias e de paz e cooperação técnico militar.” Por conseguinte, as Forças Armadas podem intervir em casos de ofensas graves à segurança

⁸ Pode estabelecer-se distinção entre Estados soberanos e Estados não soberanos. No primeiro caso, ao Estado corresponde inteiramente um poder político supremo e pleno, enquanto, no segundo caso, o Estado sofre de algumas limitações (Continho & Fontes, *et al.*, 2017, p. 187).

interna, bem como em casos de declaração de Estado de exceção. Tem tempos de paz atuam as Forças de Segurança e em cenários de guerra, ou ameaças externas atuam as Forças Armadas. Tal como explana Valente (2013), “(...) a segurança interna não se confunde com a segurança externa, mas ambas fazem parte da segurança ou defesa nacional e agem em plena interdisciplinaridade” (p. 74).

Numa clara opinião, Clemente (1998), advoga que cabe aos Estados dentro dos seus limites territoriais definir de forma autónoma as suas políticas de segurança nacional. Contudo, “(...) cada Estado soberano define a sua segurança, incluindo a interna, e fá-lo de forma própria no decurso dos tempos, por conseguinte, os interesses nacionais comandam as opções estratégicas, daí cada Estado desenvolver uma estratégia preventiva específica, nomeadamente na área da segurança interna” (p. 32). A segurança interna destina-se à garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas, não obstante, ao livre exercício dos direitos, liberdades dos cidadãos dentro do Estado. Enquanto a defesa nacional ocupa-se essencialmente na garantia e manutenção da soberania do Estado e a proteção do espaço marítimo territorial e do espaço aéreo, contra qualquer ameaça de índole externo (Silva, 2014, p. 8).

Por outro lado, conforme explica Valente & Rodrigues (*et al.*, 2019), surgem no contexto contemporâneo ameaças a segurança dos Estados devido às constantes crises económicas, ambientais, epidemiológicas, entre outras. Nesta conjuntura:

“(...) os Estados nacionais definham na sua capacidade de produzir riqueza e veem diminuídos os seus poderes reguladores e de intervenção social – os seus poderes para tornarem as decisões que podem melhorar as condições de vida dos seus cidadãos e, de outro lado, mostram o seu declínio para gerir os assuntos internos e de política criminal e de segurança” (p. 35).

Face aos fenómenos contemporâneos, marcados pelas ameaças e riscos que não se circunscrevem a estruturas rígidas e hierarquizadas, antes atuam em rede e de forma global, utilizando as tecnologias em permanente evolução e marcadas pela complexidade, imprevisibilidade, capacidade de destruição dos Estados, as Forças de Segurança e as Forças Armadas desafiam perspetivas de uma atuação operacional conjunta de forma a unir sinergias e melhorar a capacidade de resposta aos fenómenos e, consequentemente contribuir para uma segurança interna desejável (Elias L. M., 2018, p. 277).

Os fins do Estado relativamente à segurança não são facilmente alcançáveis e, mesmo alcançados, não correspondem a uma realidade estanque. Por conseguinte, diante de uma sociedade e difusa torna-se ainda mais complexo alcançar níveis desejados de segurança, pelo facto desta “segurança” na contemporaneidade abranger uma panóplia de fatores,

desde: segurança das pessoas, dos seus bens, alimentar, ambiental, da saúde pública, entre outras. Afigura-se quase impossível atingir, por muito tempo, o equilíbrio e níveis desejados de segurança ou sentimento de segurança.

Todavia, conforme explica Santos & Lourenço (*et al.*, 2015), o sentimento de insegurança ou simplesmente a insegurança existe sempre, dado que esta questão pode-se conceber numa vertente intrínseca (de um indivíduo) ou coletiva (de um conjunto de indivíduos) expostos a uma determinada situação, seja regional ou local. Corretamente definido, a insegurança corresponde a um “(...) conjunto de representações e de manifestações, quer individuais quer coletivas, de inquietações, de perturbações ou de medo e de preocupações pela ordem social” (p. 443).

Num mundo em constante mudança marcada pela complexidade e pela interdependência, a tendência de crescimento de formas de criminalidade mais violentas e mais imprevisíveis, agudizou o sentimento de insegurança dos cidadãos, uma consequência da tomada de consciência de ameaça e vulnerabilidades nas sociedades modernas (Valente, 2009).

1.3. Da segurança interna

A segurança traduz-se num bem jurídico depositado pelos cidadãos ao Estado. Todavia, nas sociedades primitivas “(...) cabia a cada um zelar pelos seus bens pessoais e patrimoniais. Em caso de agressão, por parte de terceiro, competia à vítima ou aos seus parentes impor o castigo ao culpado, através da *vindicta privata* (castigo ou justiça privada)” (Afonso, 2018). Note-se, porém, que a segurança emerge da necessidade do Homem em proteger-se a si próprio, aos seus dependentes, os seus bens dentro dos limites da sua propriedade. Diga-se, a este propósito, que a segurança se ergue como uma consequência relacionada com a necessidade de proteção dos bens dentro das fronteiras individuais.

Precisamente por isso, a segurança interna procura salvaguardar essencialmente a ordem pública, o normal funcionamento das instituições democráticas em prol da paz social. Contudo, na perspetiva de Oliveira (2015), a segurança interna é a “(...) ação desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantia fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática” (p. 33).

Por outro lado, defende Valente (2013, p. 86), que “(...) a segurança pública tem de se prender a uma visão pragmática de que nem tudo o que projetamos podemos alcançar com êxito, pois é passível de ser falível, com a diferenciação da criminalidade – de massa (aquela que promove o maior medo e a maior insegurança junto da comunidade) (...). No contexto das sociedades democráticas, a segurança traduz-se na ordem pública observada dentro das fronteiras territoriais de cada Estado. Contudo, a figura da ordem pública “(...) é preenchido pelo estado de segurança, tranquilidade, paz e sossego público, com a diferença que o seu teor, com reflexos na ação, é determinado pela liberdade, felicidade e bem-estar dos cidadãos” (Oliveira, 2015, p. 33).

Porém, a segurança é uma matéria confiada ao Estado pelo povo. O Estado possui o livre arbítrio de entre os vários recursos para garantir as pessoas dentro do substrato territorial, a liberdade e segurança. Não obstante, o organismo “Polícia”, criado pelo Estado, ocupa-se essencialmente da componente “segurança” em vários domínios da sua abrangência. Neste âmbito, cabe dentro da função “Polícia”, prevenir a criminalidade no geral, garantir o normal funcionamento das instituições democráticas e, de igual modo, quando as circunstâncias assim exigirem e reunidos os pressupostos, tem a polícia a legitimidade de usar a força. Em nome da segurança e em conformidade com os padrões normativos que definem as rédeas da sua atuação, a polícia tudo faz em nome da segurança.

De acordo com Valente (2013), à Polícia, “(...) protege a vida, a integridade das pessoas e a sua propriedade, assegurando não só o normal funcionamento das instituições e o respeito da legalidade democrática, mas também garante a materialização dos direitos e liberdades, sendo o bem-estar cultural e económico um dos mais reclamados numa sociedade organizada política, cultural (...)” (p. 102).

1.4. Da segurança externa

A segurança externa do Estado cabe às Forças Armadas e é exercida no domínio das ameaças externas contra o Estado. Contudo, de acordo com MIFA, as Forças Armadas (FA) têm como missão assegurar a defesa militar da República e a organização da resistência ativa, com o objetivo de garantir ou repor a independência nacional, a integridade do território, a defesa do espaço aéreo e marítimo nacionais e a liberdade e segurança das populações contra qualquer agressão ou ameaças externas, não obstante intervir em situações

de estado de sítio e de emergência⁹. Por conseguinte, compete as Forças Armadas (FA) participar na defesa militar da República e cooperar nos termos da lei, com as Forças e Serviços de Segurança ¹⁰, entre outras.

Não constitui uma competência originária das Forças Armadas (FA) atuarem no domínio da segurança pública. Contudo, nos termos da lei e em casos de extrema ameaça, a ordem pública ou instituições de soberania do Estado, as Forças Armadas cooperam com as Forças e Serviços de Segurança.

1.5. Evolução do contexto de segurança

Tal como referimos acima quando abordamos o conceito de “segurança”, deixamos bem claro que era «a segurança» um conceito poliédrico que acompanhava o tempo, o espaço e o contexto da sua abordagem. Aqui e agora, de uma forma sumária, pretendemos demonstrar com clarividência e, em três épocas distintas, a forma de tratamento e abordagem do conceito “segurança”.

De acordo com Galvão, Montenegro, & Pípolo (2019, p. 33), repartimos a segurança em três períodos principais:

- ✚ Época agrícola – faz parte da era agrícola o período marcado pelo século XVIII, nesta fase o “poder económico estava ligado à posse da terra, praticava-se a segurança para militar. Bastava vigiar o território para evitar invasões e estava resolvido o problema da segurança da época;
- ✚ Era Industrial – compreende o século XVIII até os finais do século XX, o poder económico estava ligado à posse de bens de produção, instalações e máquinas. As pessoas organizaram-se em cidades, passaram a diferenciar espaços públicos e privados e surgiu o conceito de segurança patrimonial, para resguardar posse de bens e imóveis;
- ✚ Era da Informação: a economia tornou-se altamente complexa e passamos a valorizar não só as coisas materiais, mas também as intangíveis como a informação, o conhecimento, a imagem de uma pessoa ou empresa, a marca de um produto ou serviço. Seguiu o contexto de segurança estratégica, para proteger tudo o que tem valor: bens materiais, informações, marcas e imagens.

⁹ Missões das Forças Armadas (MIFA), documento elaborado no âmbito do conselho de chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, realizado em 30 de junho de 2014. Fonte: https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPG_MA_31569.pdf, obtido em 8 de fevereiro de 2020.

¹⁰ Fonte: <https://www.exercito.pt>, obtido em 10 de fevereiro de 2020.

1.6. Relação entre a segurança interna e externa

Como supra exposto, a breve trecho iremos apresentar a relação entre as duas diferentes perspetivas da segurança acima consignadas. Importa frisar que ambas estão ao serviço da organização *polis*, ou seja, do Estado. É de notar que a segurança interna e externa se omparam como, por exemplo, às faces de uma moeda. Todavia, ambas estão incorporadas na mesma moeda e separam-se mediante as superfícies. Contudo, assim é a relação entre a segurança interna e a externa dentro do Estado. A simbiose das duas faces da segurança compõe a tão aclamada “defesa nacional”.

Clemente (1998, p. 107) preconiza que “(...) na vida de um Estado conta não só a paz externa, mas também a paz interna, figurada no consenso social, numa palavra, a ordem interna, pública e privada”. Nesta ordem de ideias, a paz interna molda-se na segurança endógena do país, exercida em grande medida pela polícia, enquanto que para as Forças Armadas, cabe essencialmente a tarefa de segurança exógena do país.

Obedecendo àquela que é a sua natureza, o elemento diferenciador da segurança interna e externa é essencialmente o campo e o momento da sua aplicação. Porém, a segurança externa tem que ver com as Forças Armadas (FA) e a sua intervenção emerge nos casos de guerra declarada e/ou em estado de sítio ou emergência (quando as circunstâncias assim o exigirem), enquanto a segurança interna cabe as FSS e é exercida essencialmente em tempos de paz. Todavia, a sua preocupação assenta sobretudo na manutenção da ordem pública e paz social.

1.7. Da fronteira

As fronteiras são tão antigas como remota é a evolução da Humanidade, as quais têm acompanhado o avanço e as metamorfoses da sociedade. Precisamente devido à sua natureza, a edificação de fronteiras e/ou limites surge com o advento da necessidade de pertença. Porém, foi granjeando outras perspetivas que coincidem com a sua definição. Baseado na utopia da separação de entre «o que é meu e teu», a fronteira é uma componente redutora do conflito e da violência, na medida em que serve de elemento separador de propriedades. Note-se, a este propósito, que os dois últimos conceitos (conflito e violência) constituem elementos primordiais da relação entre as pessoas.

Neste contexto, o Estado só veio melhorar as políticas de organização social e densificar o conceito “fronteira”. Porém, emerge deste modo a ideia de *Estado-fronteira*, o

qual no fundo, constitui um dos fundamentos para que um Estado se afirme como tal, dentro do substrato territorial, subsequentemente, ganhe um reconhecimento da sua soberania dentro das relações internacionais. Contudo, a ideia de *Estado-fronteira* perde-se como o advento de novas ameaças e riscos globais que estimulam os Estados a cooperarem entre si no domínio da segurança.

Note-se, porém, que a ideia de “fronteira” perdurou desde os séculos em que se “(...) formou e firmou a ideia da nacionalidade, da relação do povo com o território, da sua identidade com a saga dos que tinham sagrado o território com o preço dos combatentes, um valor enunciado como intocável para as gerações sucessivas” (Moreira, 2016, p. 85). Há, portanto, a necessidade de frisar que o conceito “fronteira” foi perdendo a sua utilidade primária (relação do povo com o território, proteção do Estado e da nacionalidade). Porém, as últimas décadas têm sido marcadas profundamente com crescentes avanços ao nível das ciências e da tecnologia.

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) ganharam uma expressividade tal que nos permite apontar a nova era como a «Sociedade de Informação». O mediatismo dos acontecimentos e a quantidade de informação que recebemos a cada instante torna-nos “cidadãos do mundo” sem precisar de transpor os nossos limites territoriais, estatais e até mesmo continentais. De acordo com Xavier & Cruz (*et al.*, 2019), “(...) esta facilidade de acesso à informação representou, em igual dimensão e impacto, uma transformação na forma como comunicamos, permitindo estabelecer verdadeiras redes de contactos, em que as fronteiras físicas foram completamente transpostas” (p. 61).

1.8. Das novas ameaças do Estado e fronteira

Hodiernamente, a nossa aldeia, dita *global*, atingiu um estágio em que as ameaças vêm de todos os horizontes. As novas ameaças não conhecem fronteiras, quer se trate do aquecimento global, sismos, catástrofes, terrorismo, criminalidade organizada transnacional e fronteiriça, entre outros. Todavia, a ordem mundial vigente gerou um clima de incertezas para toda a civilização.

O desenvolvimento industrial e o avanço técnico alteraram completamente a velha utopia das longas distâncias, de culturas diferenciadas e dos territórios próprios, subsequentemente, o desenfrear de identidades culturais, da ideia de pertença e tornou porosas as fronteiras dos Estados. Com o advento da globalização, além das inúmeras vantagens que acarreta, também estão intrincadas situações menos benéficas. No entanto,

refira-se as novas dinâmicas e/ou as novas práticas que a *velha* criminalidade representa um exemplo vivo dos avanços assentes na atual sociedade global.

Contudo, devido à mediatização e à miscelânea de povos e culturas, as consequências daí resultantes não se limitam apenas ao palco da sua ocorrência, inclusive, acabam tendo impacto a nível mundial. Existe um medo generalizado que as novas ameaças despoletam e as incertezas que tais ocorrências espalham em torno dos Estados e das pessoas. Neste domínio, os riscos e perigos atuais não são mera coincidência, mas uma consequência que gravita em torno da ação humana catapultada pelo progresso social, do avanço técnico e científico.

De acordo com Beck (2016), não com intenção de comparar, mas de esclarecer, salienta:

“(...) questão central não é saber se as catástrofes humanas clássicas – peste, catástrofes, fomes – possuíam tanto potencial de destruição como as grandes tecnologias modernas (...). A diferença decisiva entre os riscos tradicionais e os modernos encontra-se num outro nível: os riscos derivados das tecnologias industriais e das tecnologias de larga escala resultam de decisões conscientes – decisões que são tomadas no âmbito de organizações privadas e/ou públicas para alcançar vantagens económicas e aproveitar as oportunidades que daí advêm (...)” (pp. 59-60).

Note-se, a este propósito, que a «aldeia global» agrega, *per si*, componentes que propiciam oportunidades para tais ocorrências. Nesta senda, iremos elencar várias abordagens e de diferentes autores sobre o conceito de “globalização” e os seus recursos.

Note-se, porém, que o contexto global em que vivemos permite que as pessoas ao redor do mundo interajam e utilizem bens e produtos produzidos em qualquer ponto do planeta, sem, no entanto, ter de sair do mesmo lugar. Conforme Cosenza (2015), “(...) a globalização compreende mudanças amplas no sistema produtivo pela utilização de métodos, meios e recursos que transcendem as fronteiras nacionais.” Porém, Gouveia & Santos (*et al.*, 2015) “a globalização derrubaria fronteiras em todos os domínios, não se excluindo a circulação das pessoas e a migração, para além do facto de a competição direta ser feita agora à escala global, e não já dentro de espaços economicamente protegidos” (p. 132).

Todavia, a globalização é um fenómeno de geração espontânea e uma transformação renovada pela internacionalização. Com os novos instrumentos de comunicação instantânea, que anularam as distâncias geográficas e ultrapassaram as fronteiras nacionais em escala e intensidade nunca imaginadas, os movimentos financeiros deixaram de ser instrumentos

políticos dos governos e passaram a alcançar níveis inéditos e circulação de riqueza, universalizando aspirações, usos e costumes (Chiavenato, 2002, p. 480).

1.9. Das ameaças e riscos globais

Antes de mais, importa salientar que os riscos observados não são atuais, mas, consequências da evolução que “(...) resultam da abertura e da conquista de novos mercados, assim como do desenvolvimento e da implementação de novas tecnologias e é uma invenção social que remonta aos primórdios da navegação mercante internacional (...)” (Beck, 2016, p. 27).

Posto isto, importa referir os ditames do princípio da mundialidade, que é o “espelho fiel da globalização dos problemas centrais da humanidade” (Namorado, 2018, p. 73). Os novos riscos e ameaças jamais devem ser observadas como sendo responsabilidade do Estado onde eventualmente estejam a ser observadas. No cômputo geral, os Estados devem olhar os fenómenos emergentes como responsabilidade de todos.

Os riscos globais afetam toda comunidade mundial e, subsequentemente, possuem magnitude tal que extravasam os limites do conceito *Estado-fronteira*. Muito embora, entenda-se que na agenda global nem todos os Estados possuem voz igual capaz de influenciar os outros nas decisões, porém, “reconhece-se que o sistema está distorcido a favor de Estados mais poderosos e dos interesses instalados” Coutinho & Mendes (2017, p. 29).

Na ótica de Mounier (2009, cit. por Nabais, 2011, p. 152), refere que os Estados não são ameaçados por “ataques militares contra a sua integridade territorial. Por outro lado, a transnacionalização de fenómenos como o tráfico de drogas, a criminalidade organizada, o tráfico de seres humanos e, em especial, o terrorismo, passaram a assumir a maior relevância.” Portanto, os perigos e os riscos “associados à industrialização não se transformam numa questão política devido à sua dimensão, mas sim a uma característica social: eles não desabafam fatalmente sobre nós; pelo contrario, fomos nós próprios que os criámos, eles são produto da mão e da mente humana, resultante da associação entre conhecimento técnico e calculo do beneficio económico” (Beck, 2016, p. 60).

Porém, na perspetiva de Marques & Santos (*et al.*, 2015), o progresso atingiu um nível significativo, de tal modo que põe em causa a sua própria existência. Das suas aspirações e criações:

“(…) pela primeira vez na história da humanidade, a nossa espécie conseguiu atingir um potencial demográfico e tecnológico de tal modo significativo que nos transformámos, desde o início da Revolução Industrial, na principal força modeladora visível, mas não o exclusivo, desse novo domínio antrópico sobre a Terra, que, se não for integrado como uma ameaça a segurança global de primeira grandeza, poderá tornar-se, ainda no Séc: XXI, num fator de destruição ambiental e de desagregação societal. Num risco para a paz internacional, comprometendo o próprio futuro da civilização humana” (p. 25).

Sem dúvida, o contexto global em que vivemos encurtou distâncias, aproximou Estados, povos, culturas e possibilitou o mediatismo das informações. Contudo, na mesma medida que nos aproxima igualmente nos distancia, isto é, interagimos com os mais distantes e olvidamos os mais próximos. Todavia, estamos mais apegados aos nossos *smartphones*, *tablets* e computadores, mas distantes dos nossos semelhantes. Precisamente por isso, Valente (2013,) defende que as novas formas de interação social, torna os distantes mais próximos e os próximos mais distantes. A “desregulada globalização é um fenómeno meticuloso e cúmplice na transformação da vida comunitária em *vida solitária* em comunidade (...), impõe (...), enfraquecimento dos veículos humanos e de definhamento da solidariedade” (p. 119). Na melhor das hipóteses, deve-se olhar esta questão como uma ameaça/perigo social.

Serve-nos de exemplo os atentados de 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA). Este acontecimento levou-nos a acreditar que os riscos potenciados pelo terrorismo não eram um exclusivo dos Estados dentro das suas fronteiras. A complexidade que o terrorismo apresenta (desde o seu recrutamento, organização e a imprevisibilidade dos ataques) impõe aos Estados um repensar das políticas securitárias.

Não obstante, nas palavras de Moreira (2019, p. 33), “(...) podemos sem grande erro considerar que o dia 11 de setembro de 2001(...), marca o início de uma época e, por isso, de exigência de profunda meditação sobre os futuros possíveis da Humanidade e da casa comum que é a Terra.” Neste domínio, podemos equacionar que as ameaças terroristas são constantes e ininterruptas. Acrescentando, comunga do mesmo ideário Santos & Nabais (2011), “(...) a radicalização do fenómeno é uma preocupação que tem vindo a transpor novas fronteiras, o que nos indica mais ataques proeminentes” (p. 150).

Não podemos olvidar os casos análogos que ocorreram nas cidades Europeias, ao qual demonstram pretensões terroristas. Referimo-nos neste caso, de acordo com Elias (2018, p. 143) dos “(...) atentados de 2004, em Madrid, reiterados em Londres, França, Bruxelas,

Barcelona, entre outros, reforçam a ideia de que essa ameaça se traduz numa forma de violência indiscriminada irá perdurar e instalar-se no mundo (...).”

Conforme defende Painho (2018, p. 26), “(...) o terrorismo, associado ao fanatismo religioso, desenvolve uma complexa teia de criminalidade organizada, de tráfico de seres humanos, de raptos em massa de crianças e mulheres para fins de exploração sexual e laboral, de milhões de pessoas que, em todo mundo, fogem dos conflitos e abandonam os seus países (...)”. Neste contexto, as diversas configurações da criminalidade organizada e o terrorismo são identificados na atual conjuntura como as principais ameaças para as sociedades e os Estados e, principalmente, os organismos policiais têm a tarefa de reprimir, prevenir e erradicar as ações destas organizações.

SECÇÃO I

PENSAR A FRONTEIRA DE MOÇAMBIQUE

1.9.1. Introdução

Pensar a fronteira de Moçambique engloba, conhecer o historial dos limites que separam os países do continente em geral. Sendo assim, os limites fronteiriços dos países da África foram definidos pelas potências europeias no século XIX. Porém, são uma herança deixada pelos colonos, pelo simples facto de ainda permanecerem. Porém, importa frisar que as heranças fronteiriças deixadas pela administração colonial em África não respeitaram as questões étnicas, tribais e culturais.

A denominada partilha de África entre 1830 e 1880 representou o principal fator da demarcação das fronteiras dos países africanos. Importa, neste âmbito, salientar que a supramencionada «corrente para a partilha de Africa» é um movimento que se formou na Europa com o intuito de ocupar o continente africano e obter para si matéria-primas para o sustento das indústrias europeias. Por conseguinte, para evitar hostilidades, houve a necessidade de cada potência definir a sua zona de influência, de modo a antecipar uma sobreposição de interesses, muito embora as hostilidades tenham-se verificado *a posteriori*.

Os limites fronteiriços de Moçambique, à semelhança de todos os países do continente africano, permanecem definidas desde o tempo colonial¹¹. Importa, desde logo, salientar que a demarcação dos limites fronteiriços que separam aos países do continente, resultam das decisões tomadas na Conferência de Berlim (1884-1885), as quais iremos abordar com mais detalhe.

Subsequentemente, o posicionamento de Moçambique na região austral de África revelou-se desde sempre uma fonte de poder comparando com os países ao qual partilha limites fronteiriços. Moçambique faz parte da SADC por ser um país pertencente ao continente africano e da *Commonwealth*, pelo simples facto de partilhar as suas fronteiras com as ex-colónias britânicas.

¹¹ O conceito de “colonização” decorre do conceito “colónia”, uma dominação imposta por um poder político exterior, exercida exclusivamente por um grupo étnico ou cultural sob o signo da superioridade, tendente à transferência das pessoas, instituições, capitais, tecnologia, valores culturais e civilizacionais metropolitanos e à subordinação dos recursos e das instituições da região dependente dos interesses do poder político e do grupo étnico ou cultural dominante (Coutinho & Lara, 2017, p. 80).

1.9.2. A questão do Mapa-Cor-de-Rosa e a Conferência de Berlim

O Mapa Cor-de-Rosa foi um plano encetado por Portugal no sentido de adquirir a faixa territorial que liga Angola e Moçambique. Neste contexto, a Sociedade de Geografia de Lisboa pretendeu reivindicar para Portugal os direitos históricos, simplesmente por ser pioneiro nas incursões expansionistas da Europa. Por outro lado, temendo as intenções das suas congéneres, pretendia limitar as ações da Inglaterra nas zonas abrangidas pelo plano e, subsequentemente, legitimar o seu domínio sobre estas terras.

No entanto, o plano português de ligar a costa e contracosta de Angola e Moçambique foi compreendido por Inglaterra como uma ameaça aos seus anseios na região. O Mapa Cor-de-Rosa, pela sua natureza e alcance, logo à partida constituía um fator que poderia gerar hostilidades, na medida em que abrangia zonas de influência britânica. Por outro lado, Sociedade de Geografia de Lisboa pretendia com plano “Mapa cor-de-Rosa”, “(...) colocar uma barreira às intenções expansionistas britânicas, que pretendia estabelecer o domínio sobre um território ininterrupto que ligasse o Cairo, no Egipto, à cidade do Cabo no extremo meridional da África do Sul”¹².

Neste domínio, entre 1884-1886 foi realizada a Conferência de Berlim no sentido de mediar conflitos entre as potências europeias na época. No entanto, Portugal pretendia reclamar um direito histórico expansionista, isto é, por ser o primeiro país europeu que conquistou novas terras além-fronteiras. De acordo com Matias (2010), alguns países opuseram-se ao plano de Portugal em unir Moçambique e Angola, entre os quais a “França, a Alemanha, a Espanha, a Holanda e os EUA manifestam-se, declarando que os direitos históricos de Portugal naquela área não são relevantes”, para prosseguir com o seu «Mapa-Cor-de-Rosa».

1.9.3. Inclusão de Moçambique na SADC e a *Commonwealth*

As ações de Moçambique nestas duas organizações de cariz internacionais estão intimamente relacionadas com a questão de vizinhança de fronteiras com as ex-colónias britânicas. Neste sentido, mereceu a nossa atenção o carácter peculiar com relação à nossa temática. Nesta senda, tomamos como ponto de partida a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Após a descolonização dos países africanos do

¹² Fonte: <https://africanomundo.blogs.sapo.pt/3041.html>, obtido em 30 de abril de 2020.

jugo colonial europeu, a maior parte dos países que compõem a região austral de África (se não, todos), decidiram cooperar entre si criando a Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC). Esta comunidade foi fundada em Arusha, Tanzânia, em 1979, e divulgada em 1980, Lusaka – Zâmbia. Posteriormente, de SADCC passou a ostentar a sua atual sigla SADC, que significa: Comunidade de Desenvolvimento da África Austral.

A necessidade de mudança da sua nomenclatura emerge da imposição de novos desafios contemporâneos, tal como cita Chichango (2009, p. 9), “(...) os estados membros, devido aos novos desafios regionais e globais, transformaram-na, depois, para Comunidade de Desenvolvimento da África Austral através do Tratado da SADC, em 1992.” Importa lembrar que a mudança de designação se baseou fundamentalmente na necessidade de reformular as linhas de cooperação da sociedade, com o objetivo de incluir novas áreas de interesse. É neste sentido que foram inclusos os pilares de cooperação no âmbito da “política e segurança¹³”, no sentido, de responder aos problemas da criminalidade organizada, transnacional e transfronteiriça que assola a região.

Hodiernamente, a SADC é composta por um total de 16 países: África do Sul, Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Reino de Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Constituem objetivos da SADC, conforme o Manual de Identidade Institucional da Comunidade¹⁴, a citar:

- Alcançar o desenvolvimento e crescimento económico através da integração regional, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e qualidade de vida dos povos da África Austral e apoiar os que são socialmente desfavorecidos;
- Desenvolver valores, sistemas e instituições políticos comuns;
- Promover e defender a paz e segurança;
- Promover o desenvolvimento autossustentado na base da autossuficiência coletiva e a interdependência entre os Estados-Membros;

¹³ Fernando Francisco, “Estudo dos Sistemas de Segurança das Fronteiras Estatais em Moçambique face às Novas Ameaças à Segurança Interna” Lisboa, Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, 2018, p. 17. Fonte: https://run.unl.pt/bitstream/10362/63044/1/Francisco_2019.pdf, obtido em 18 de fevereiro de 2020.

¹⁴Fonte: https://www.sadc.int/files/3715/5611/301466/MANUAL_DE_IDENTIDADE_INSTITUCIONAL.pdf, obtido em 17 de fevereiro de 2020.

- Conseguir a complementaridade entre as estratégias e programas nacionais e regionais;
- Promover e otimizar o emprego produtivo e a utilização de recursos da região;
- Conseguir a utilização sustentável dos recursos naturais e a proteção efetiva do meio ambiente;
- Reforçar e consolidar as afinidades e laços históricos, sociais e culturais entre os povos da região.
- A promoção da paz, o crescimento económico da região e fortalecimento das boas políticas de relações socioculturais entre os países da região.

Relativamente à inclusão de Moçambique na *Commonwealth*, enquadra-se fundamentalmente no ideário das políticas de boa vizinhança entre este país e as ex-colónias britânicas. Porém, a integração de Moçambique na *Commonwealth* resultou da partilha de limites fronteiriços entre o país e as suas congéneres da região Austral da África. Importa frisar que a *Commonwealth* é uma organização intergovernamental composta, na sua maioria, pelos países do Império Britânico e as suas ex-colónias. Porém, são casos excecionais os Camarões (na sua maioria colonizada por França), Moçambique (ex-colónia portuguesa), Ruanda (ex-colónia dos impérios alemão e belga) e Namíbia (ex-colónia alemã), que não faziam parte do Império Britânico e pertencem a *Commonwealth*.

Primeiramente, a *Commonwealth* era designada por *British Commonwealth of Nations* (Comunidade Britânica das Nações), tendo sido alterada a designação *The Commonwealth*. De acordo com Mendes & Mota (2017, p. 82), esta organização “(...) historicamente é a consequência natural da evolução do Império Britânico e da sua política tradicional de permitir o autogoverno das suas colónias mais desenvolvidas.” Importa salutar que a *Commonwealth*, foi fundada em 1931 e atualmente é composta por 53 países. Preside a *Commonwealth* a rainha D. Isabel II, ao qual representa “(...) em 16 deles, o chefe de Estado é o monarca do Reino Unido, neste caso, desde 1952 (...)”¹⁵.

De acordo com Araújo¹⁶ constituem objetivos da Comunidade os seguintes:

- Paz global; multilateralismo; sociedade igualitária; comércio livre; liberdade ao indivíduo; boa governança; promoção do sistema democrático; Direitos humanos; e Estado de Direito.

¹⁵ Fonte: Vide Euronews, 2018.

¹⁶ Fonte: <https://www.infoescola.com/geografia/commonwealth-2/>, obtido em 19 de fevereiro de 2020.

1.9.4. Posicionamento de Moçambique no espaço geográfico Africano

No plano geográfico africano, Moçambique localiza-se na costa oriental de África austral, fazendo fronteira a norte com a República da Tanzânia, oeste pelo Zimbabwe, a noroeste pela Zâmbia e Malawi, a sul pela África do Sul e a Sudoeste pela Swazilândia e banhado pelo Oceano Índico a leste.

Figura 1: Ilustração do Mapa de Moçambique e países limítrofes.



Fonte: Vide Maps Mozambique, s.d.

Como exposto, a geolocalização de Moçambique coloca o país numa posição privilegiada, comparando com as suas congéneres ao qual partilha fronteiras (os chamados países do *hinterland*). Porém, Moçambique é o canal de acesso para o Oceano Índico, ou seja, serve como elo de ligação entre os países no interior e o Oceano Índico. Todavia, conforme Chichango (2009, p. 23), “(...) esta sua localização é, historicamente de extrema importância relativamente aos países do interior, proporcionando as suas ligações ao comércio marítimo através, sobretudo, dos corredores pelo simples facto de apresentar-se como porta de entrada para o Índico (...)”

De acordo com as hipóteses levantadas por Barroso (2009, pp. 60-61), relativamente ao posicionamento de Moçambique na região, dão conta que:

- Em 1963, Oliveira Salazar reproduzia o seu pensamento acerca do papel de Moçambique na África Austral em dois pontos principais: a importância do porto de Lourenço Marques e a “(...) legítima ansiedade das Rodésias quanto às ligações com o mar”;
- As “ambições” dos Estados limítrofes, Tanganhica e a Niassalândia, ávidos da saída dos portugueses para poderem expandir-se para o Índico;
- A geografia era ditadora para o *hinterland* rodesiano e, do ponto de vista político, apesar de a Declaração Unilateral de Independência (DUI)¹⁷, ser contraproducente para Portugal, era tida pelo Governo português de forma favorável no plano da segurança na fronteira com Moçambique.

Além das inúmeras vantagens da localização estratégica de Moçambique no plano geográfico da África Austral, este fator também integra inúmeras desvantagens, tendo em conta as ocorrências criminais transfronteiriças e transnacionais potenciadas pela globalização. Neste prisma, existem riscos acrescidos para Moçambique devido à permanente necessidade que os países do *hinterland* têm de escoar produtos e mercadorias por via marítima. Porém, os efeitos colaterais dos fluxos de transportes de mercadorias do *hinterland* para a costa, transpondo Moçambique, afigura-se um fator de risco e ameaça que interfere com a sua segurança interna.

Não obstante, os perigos e riscos provenientes da partilha de fronteiras e fluxos migratórios e de tráfego de mercadorias recaem, numa primeira linha, para a Polícia de Fronteira de Moçambique e as suas congéneres que, concomitantemente, partilham áreas de responsabilidade. Neste caso, falamos dos Serviços Nacional de Migração (SENAMI) e das Alfândegas de Moçambique ao nível interno.

1.9.5. Dos limites e da situação criminal fronteiriça após o período colonial

As fronteiras moçambicanas ainda se debatem com as patologias criminais constatadas no período colonial. Contudo, o modo de atuação das antigas práticas criminais

¹⁷ Declaração Unilateral de Independência da Rodésia do Sul

são completamente diferentes na atual conjuntura. Neste domínio, olhar as circunstâncias criminais que assolam as fronteiras de Moçambique, conduz-nos, desde logo, à necessidade de espreitar o passado histórico dos fenómenos que assolavam as fronteiras do país, ou seja, contemplar a realidade vigente implica recuar o tempo, a atualidade e perspetivar o futuro.

Note-se, a este propósito, que desde a época colonial as ameaças terroristas já eram frequentes. Porém, tal como elucida Barroso (2009, p. 56), “(...) o Governo português considerava para Moçambique dois tipos de ameaças: «a subversão por infiltração de terroristas de além-fronteiras» com origem na Tanzânia; as pretensões territoriais «dos vizinhos ao norte [Tanzânia e Malawi]» (...)”. Neste domínio, a emergência de ataques atribuídos ao grupo de insurgentes denominados por *Al-shabab* no norte do país demonstra claramente que as ameaças terroristas nesta região são um problema estrutural antigo que hoje experimentam novos *modus operandi*.

1.9.6. Do controlo e salvaguarda das Fronteiras de Moçambique

As estratégias de proteção das fronteiras estatais recaem, essencialmente, na prossecução das políticas públicas de segurança do Estado e, subsequentemente, na defesa e manutenção da soberania do Estado. Diante destas pressuposições, o Estado moçambicano viu-se obrigado a criar um ramo dentro da Polícia da República de Moçambique (PRM) que se ocupasse, essencialmente, da salvaguarda dos marcos fronteiriços nacionais. Emergiu desta necessidade a figura da «Polícia de Fronteira de Moçambique», a entidade responsável pela defesa, controlo, vigilância e fiscalização das fronteiras nacionais. Todavia, não podemos olvidar que esta Polícia depende, em muito, das suas congéneres, ao qual exercem funções análogas nos postos oficiais de controlo de entradas e saídas de pessoas e bens para dentro e fora do país.

De acordo com Valente (2013, p. 22), “(...) esta ideia de proteção estatal, ou de um ente coletivo ou supra-individual, emerge da ideia beccariana da necessidade de que o homem teve de «colocar no depósito público (...) a mínima parte possível» da liberdade para que aquele ente o defenda da agressão dos demais concidadãos”. Porém, de acordo com Clemente (1998, p. 43), a “(...) força desregrada gera violência ilegítima; a força organizada converte-se em coação jurídica. À força bruta opõem-se o império da lei e a dignidade transcendental da pessoa humana”, pelo que a Polícia detém o legítimo monopólio do uso da força (de uma forma regrada). Para o caso de Moçambique, responde atualmente pela guarda das fronteiras o ramo da Polícia de Fronteira (PF), inserida na Polícia da República

de Moçambique (PRM). Note-se, neste sentido, antes da formalização da independência de Moçambique em junho de 1975, os limites estatais de Moçambique durante o período da administração colonial sob o controlo e vigilância das autoridades policíacas portuguesas.

1.9.7. Período colonial (1930-1974) e pós-independência (1975-1979)

Na década de 1930 até um ano antes da proclamação da independência nacional de Moçambique, a proteção, controlo e vigilância das fronteiras estatais do país estava na responsabilidade do Governo português. Respondia pela proteção das fronteiras da província portuguesa do Ultramar, a Guarda Fiscal portuguesa, em coordenação com os serviços da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE) e a Direção Geral da Segurança (DGS).

Entretanto, no período pós-colonial, de 1975 a 1979, a guarda das fronteiras do país passou a estar sob a responsabilidade do Estado-Maior-General das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM/FAM), em estrita coordenação com os Serviços Nacionais de Segurança Popular (SNASP). Por conseguinte, de 1979 a 1992, a responsabilidade da guarda das fronteiras passou para as Tropas de Guarda Fronteira, este último como um dos ramos inseridos nas Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), atualmente Forças Armadas de Moçambique (FAM). Tal como aludimos de uma forma sumária, importa salientar que, atualmente, as proteções das fronteiras nacionais estão sob responsabilidade do Ministério do Interior (MINT), especificamente a Polícia da República de Moçambique e, em particular, a Polícia de Fronteira de Moçambique.

CAPÍTULO IV

POLÍCIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE E A POLÍCIA DE FRONTEIRA

1.1. Introdução

O Estado surge como e/ou ente dotado de poderes acima de qualquer individualidade singular ou coletiva dentro das fronteiras nacionais. Neste domínio, a Polícia ergue-se como a entidade do Estado que zela e garante a observância das normas da sã convivência social previamente estatuídas dentro das fronteiras dos Estados. Dado que a “vida em sociedade implica naturalmente antagonismo, confronto de vontades, violência e crime, pelo que a segurança é um bem indispensável à convivência social e à sobrevivência da própria sociedade” (Rodrigues, 2011, p. 29).

A Polícia emana da organização social, porém, de acordo com Clemente (1998), desde o “(...) ano de 3315 a.C., a existência de uma sociedade organizada perene e próspera, alicerça-se no respeito da lei e na presença de um organismo público, com poderes coativos: *a polícia*. Naquele ano estruturou-se, no Egito, a primeira instituição policial no mundo” (p. 12). Por conseguinte, “(...) não há uma história natural da Polícia: a função policial como hoje é compreendida nem sempre existiu. Ela é mais um produto de uma sucessão de roturas do que a consequência de um desenvolvimento que teria existido em germe desde as origens” (Monet, 2002, p. 31).

Todavia, a Polícia acompanha os tempos, as dinâmicas do desenvolvimento social, económico e cultural. Em bom rigor, a reforma dos corpos policiais dependem muito dos “barómetros” da sociedade em que atuam. Para Reiner (2004), a maneira de agir da sociedade e as ações criminosas contribuem para o desenvolvimento de novas estratégias da atuação policial. O “(...) principal tema das histórias ortodoxas, então, é de que a reforma da polícia foi motivada principalmente pelo medo ao crime, mas também por desordens morais e arruaças, todas elas geradas por problemas da rápida transição para uma sociedade urbana industrial” (p. 41).

No caso do Estado moçambicano, a reforma da Polícia começou logo após a declaração da independência nacional em 1975. Este período foi marcado pela reestruturação governativa e administrativa das instituições governamentais nacionais. Diga-se que, nesta fase, o país vivia um período de profundas reformas e transformações ministeriais, isto é, uma transação do sistema administrativo colonial para o controlo nacional. Todavia, importa

aludir que durante o período colonial, a segurança em Moçambique estava a cargo da administração portuguesa. No entanto, a Polícia da República de Moçambique (PRM) é fruto de várias metamorfoses que se verificaram no período pós-independência nacional.

1.2. Breve enquadramento histórico, legislativo e funcional da PRM

O enquadramento histórico de uma instituição carece, desde logo, de uma abordagem espaço-temporal. Antes, deve-se olhar o seu passado, contemplar a realidade vigente e a sua visão futura. No caso da Polícia da República de Moçambique, o seu primeiro corpo foi concebido em 17 de maio de 1975, após a independência nacional, pela necessidade de existência de um organismo nacional que se ocupasse da segurança interna. Porém, começou por designar-se por Corpo de Polícia de Moçambique (CPM). Conforme Filimone (2015), esta unidade policial (CPM), “(...) tinha como enfoque ocupar-se das missões que vinham sendo realizadas pela Polícia de Segurança Pública (PSP) portuguesa” (p. 32).

Por conseguinte, em 1979, passou o Corpo de Polícia de Moçambique (CPM) a designar-se por Polícia Popular de Moçambique (P.P.M). Esta alteração emana da Lei n.º 5/79, de 26 de maio. De acordo com o preceituado no art.º 1º da Lei n.º 5/79, de 26 de maio, ao qual este estabelece que a P.P.M – “é o órgão do poder unitário do Estado, ao serviço da aliança operaria-camponesa e, o n.º 2 do mesmo art.º estabelece que a P.P.M - visa garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas, o respeito da Constituição, a proteção das conquistas revolucionárias, da paz e da Revolução, prevenindo, investigando, reprimindo as violações da lei e ordenando a prisão dos agentes de crime”.

A Polícia Popular de Moçambique substituiu o Corpo de Polícia de Moçambique (CPM), porém, de acordo com Filimone (2015, p. 37), esta disponha de quatro áreas fundamentais que, no entanto, os “ramos da nova corporação eram”:

- Polícia de Proteção (PP);
- Polícia de Investigação Criminal (PIC);
- Polícia de Transportes e Comunicações (PTC);
- Polícia de Trânsito (PT).

Por fim, foi criada pela Lei n.º 19/92, de 31 de dezembro, a atual Polícia da República de Moçambique (PRM). Todavia, de forma a aproximar e adequar a PRM ao novo quadro-jurídico constitucional vigente, foi publicada a Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, que por sua vez revoga a Lei n.º 19/92, de 31 de dezembro. De acordo com o art.º 1.º n.º 1 da Lei n.º

16/2013, de 12 de agosto, a “*Polícia da República de Moçambique (PRM), é um serviço público, apartidário, de natureza para militar, integrada no Ministério que superintende a área da ordem e segurança pública*”.

Nas suas atividades, a PRM obedece os seguintes princípios fundamentais¹⁸:

1. Respeito pela Constituição, leis e demais normas vigentes na República de Moçambique;
2. Respeito pelas instituições democraticamente estabelecidas e deve especial obediência ao Presidente da República, na sua qualidade de Comandante-Chefe das Forças de Defesa e Segurança;
3. Respeito pela legalidade, imparcialidade, isenção, objetividade, igualdade de tratamento, respeito pelos direitos humanos, apartidarismo e envolvimento de todos os setores do Estado na prevenção e combate ao crime;
4. No uso dos meios ofensivos para garantia da ordem, segurança e tranquilidade públicas, a PRM observa os limites da necessidade, razoabilidade, proporcionalidade e adequabilidade.

No quadro das suas atribuições, a PRM tem por função “garantir a observância da lei e ordem, a salvaguarda da segurança de pessoas e bens, a tranquilidade pública, a inviolabilidade da fronteira estatal, o respeito pelo Estado de Direito Democráticos e dos direitos e liberdades fundamentais dos cidadãos¹⁹”.

No plano das suas competências²⁰:

- a) Assegurar o respeito pela legalidade, garantindo a ordem, segurança e tranquilidade públicas;
- b) Proteger pessoas e bens;
- c) Adotar as providencias adequadas à prevenção e repressão da criminalidade e dos demais atos contrários à lei e aos regulamentos, sem prejuízo das competências específicas atribuídas por lei a outros organismos;
- d) Garantir o funcionamento normal das instituições e o regular exercício dos direitos, garantias e liberdades fundamentais dos cidadãos;

¹⁸ Art.º 2º n.º 1, 2, 3, 4, da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto.

¹⁹ Art.º 3º da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto.

²⁰ *Ibidem*, art.º 4.

- e) Garantir a proteção, a ordem e a segurança das instituições públicas e dos objetos económicos estratégicos e sociais.

1.2.1. Polícia de Fronteira de Moçambique

Após a independência nacional de Moçambique o Governo moçambicano de transição no quadro de reformas e reestruturação administrativa desenvolveu um conjunto de processos tendentes ao desenvolvimento Institucional, ao qual inclui-se o setor da Defesa e Segurança e a Polícia de Fronteira de Moçambique é disso exemplo.

Atualmente, a vigilância, controlo e proteção da fronteira estatal de Moçambique encontram-se a cargo do ramo da Polícia de Fronteira de Moçambique. Contudo, o seu enquadramento legislativo resulta da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto (Lei que cria a PRM), e do Decreto-Lei n.º 85/2014, de 31 de dezembro. Não obstante, importa destacar que a Polícia de Fronteira é um ramo da Polícia da República de Moçambique (art.º 13 n.º 2 al. c)), da Lei 16/2013, de 12 de agosto.





1.2.2. Estrutura organizacional da Polícia de Fronteira de Moçambique

Relativamente a sua estrutura organizacional, a Polícia de Fronteira de Moçambique encontra-se organizada em duas perspetivas diferentes (central e local). Ao nível central compreende a sua sede localizada em Maputo (capital do país), ao qual coordena quase todas as ações desenvolvidas por esta Polícia em todo território nacional. Por conseguinte, a sua estrutura encontra-se ordenada da seguinte forma:

- Comando do Ramo;
- Departamento de Operações;
- Departamento de Reconhecimento e Inteligência;
- Departamento de Doutrina e Ética-Policial;
- Departamento de Gestão de Pessoal;
- Departamento de Logística e Finanças;
- Inspeção;
- Repartição de Informação Interna;
- Repartição de Estudos, Informação e Plano;
- Repartição de Tecnologias e Sistemas de Informação e Comunicação;

- Delegação dos Serviços Sociais;
- Gabinete do Comandante;
- Secretária-Geral;
- Batalhão de Reserva, destacado a partir de um dos Regimentos.

Relativamente ao nível local, compreende as estruturas distribuídas em todas as províncias do território nacional moçambicano, ao qual encontra-se distribuída da seguinte forma:

-  Regimento;
-  Batalhão;
-  Companhia;
-  Secção e repartições.

1.2.2. Funções da Polícia de Fronteira

De acordo com a Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto, constituem funções da Polícia de Fronteira as seguintes²¹:

- a) A proteção e guarda fronteiriça estatal, em coordenação com as demais Forças de Defesa e Segurança;
- b) O combate à imigração ilegal, o contrabando, o tráfico de drogas e mercadorias diversas ao longo da fronteira estatal;
- c) A realização de outras atividades que sejam determinadas por lei.

Por outro lado, decorrem outras funções da Polícia de Fronteira de Moçambique conforme o Decreto-Lei n.º 85/2014, de 31 de dezembro, a citar:

- i) Garantir a ordem, segurança e tranquilidade públicas e a inviolabilidade da fronteira estatal;
- ii) Atuar na primeira linha da proteção da fronteira estatal em coordenação com as demais Forças de Defesa e Segurança;
- iii) Impedir qualquer tentativa de viciação de demarcação da linha de fronteira estatal;
- iv) Combater a imigração ilegal, o contrabando, o tráfico de pessoas e de órgãos humanos, o tráfico de drogas e de mercadorias diversas ao longo da fronteira estatal;

²¹ Art.º 23 n.º 1 da Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto.

- v) Garantir as medidas necessárias para a vigilância das fronteiras, bem como o controlo do movimento de pessoas e bens;
- vi) Garantir a existência da linha de fronteiras e manutenção de marcos e sinais fronteiriços;
- vii) Garantir o cumprimento dos acordos e tratados internacionais ou regionais, das leis e regulamentos em matéria de segurança fronteiriça;
- viii) Proteger os objetos de importância económica, social e cultural nas zonas fronteiriças;
- ix) Realizar todas as atividades de vigilância e detenção de violadores de fronteiras e imigrantes ilegais no País;
- x) Manter uma ligação estreita de cooperação e coordenação com outras entidades.

1.2.3. Deveres e Responsabilidades da Polícia de Fronteira

Ao abrigo das suas responsabilidades, compete a Polícia de Fronteira no cumprimento das suas funções executar os deveres abaixo elencados:

- ❖ Capturar os violadores da fronteira estatal;
- ❖ Realizar patrulhas em toda a extensão da sua faixa de responsabilidade;
- ❖ Acompanhar e controlar, através de patrulhas especiais, os meios de transporte que circulam na zona fronteiriça;
- ❖ Verificar a documentação das pessoas que se encontram na zona fronteiriça interdita;
- ❖ Impedir a abertura de machambas e realização de outras atividades na zona fronteiriça.

1.2.4. Recursos humanos, meios de transportes e comunicação

Relativamente aos números inerentes aos recursos humanos, bem como os meios materiais que iremos especificar abaixo, foram colhidos do documento reflexão, do ramo da Polícia de Fronteira de Moçambique, referente a 2018.

Todavia, no tocante aos Recursos Humanos, a Polícia de Fronteira de Moçambique debate-se com défice de efetivos. Neste âmbito, esta Polícia conta com a metade do efetivo mínimo desejado para cobrir cerca de 4.212 km que corresponde a toda extensão fronteiriça

do território nacional. Todavia, até final de 2018, a Polícia de Fronteira contava com um efetivo de 4.870 polícias, ao qual representa 57,9% da necessidade em Recursos Humanos. Para colmatar esta necessidade, a Polícia de Fronteira necessita de pelo menos 9.554 polícias.

Relativamente aos meios materiais, estes mostram-se exíguos para atender todas as necessidades desta Polícia. Porém, a frota automóvel disponível estima-se em 57 viaturas, das quais, oito carrinhas e 49 carrinhas ligeiras. Estes meios encontram-se distribuídos pelo território nacional e em diversos setores de atividade desta Polícia. Do total de 57 viaturas, apenas 29, encontram-se operacionais, 22 avariadas, duas acidentadas, nove obsoletas e cinco motos operacionais. De uma forma sumária, a Polícia de Fronteira conta apenas com uma frota automóvel de 29 viaturas e cinco motos em todo país.

No que concerne aos meios de comunicação, o problema prevalece. A Polícia de Fronteira dispõe de uma unidade rádio por regimento e batalhão. Porém, nem todas as unidades estão operacionais ou em funcionamento perfeito. Todavia, em algumas unidades, os meios de comunicação estão inoperantes ou apresentam avarias técnicas, facto que potencia a interação deficitária e/ou transmissão de mensagens/informação entre a central (Maputo) e os demais regimentos localizados nas provinciais.

1.2.5. Caracterização das práticas criminais fronteiriças nacionais

Com base nas informações colhidas em diversos documentos que tivemos acesso fornecidos pela Polícia de Fronteira de Moçambique, desde: Balanço Anual do Ano 2018, Reflexão e Decisão do Comandante do Ramo da Polícia de Fronteira de Moçambique, elencamos abaixo um conjunto de práticas criminais e de violações constatadas ao longo das fronteiras nacionais entre 2014-2018.

Durante o período em alusão, foram registados pela Polícia de Fronteira de Moçambique, situações criminais, tais como:

Contrabando

- Produtos alimentares;
- Fardos de roupa usada;
- Cigarros;
- Bebidas;
- Eletrodomésticos.

Tráfico

- Pessoas (mulheres e crianças);
- Drogas;
- Armas;
- Viaturas roubadas.
- Roubo de gado;
- Caça furtiva;
- Pesca ilegal;
- Extração ilegal de minérios e madeira;
- Procura de refúgio;
- Imigrantes ilegais;
- Violação por autoridades dos países limítrofes;
- Construção de casas e outras infraestruturas junto da linha da fronteira;
- Abertura de machambas (campos de cultivo) por cidadãos de países limítrofes em território nacional.

1.2.7. Caracterização de ações típicas de violação simples da fronteira

Além das ações criminais, a Polícia de Fronteira averiguou situações simples de violação fronteiriça, a citar:

- Por visitas familiares;
- Procura de tratamentos médicos e tradicionais;
- Cultos religiosos;
- Compra de produtos de primeira necessidade;
- Venda de excedentes agrícolas;
- Procura de melhores condições de vida.

CAPÍTULO V

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Nas etapas anteriores, a nossa atenção estava centrada essencialmente, na pesquisa e identificação de fontes, informações e documentos para o suporte do nosso estudo. Após a recolha e reunião dos conteúdos em fontes documentais diversas (relacionadas com a nossa temática), no presente capítulo o nosso foco incide na apresentação dos resultados das nossas pesquisas, as quais constituem o núcleo do nosso estudo. Por conseguinte, foram tidos em consideração *corpus* de documentos que melhor respondem os objetivos do nosso estudo. Todavia, conforme Bardin (2011), “(...) *corpus* é um conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos. A sua seleção implica muitas vezes, escolhas, seleção e regras,” das quais, a *regra de pertinência*, à qual “os documentos retidos devem ser adequados, enquanto fonte de informação, de modo a corresponderem ao objetivo que suscita a análise” (pp. 122-124).

No que concerne a Polícia de Fronteira de Moçambique, priorizamos os conteúdos dos documentos seguintes:

- Balanço-Anual;
- Relatórios mensais;
- Decisão do Comandante do ramo da Polícia de Fronteira²²;
- Reflexão²³.

Relativamente a outros conteúdos aqui apresentados, colhemos em obras de autores distintos citados ao longo do nosso estudo, ao qual iremos evidenciar apenas as hipóteses nucleares que vão de encontro com os objetivos e hipóteses por nós levantadas.

É de notar que vivemos épocas de constantes metamorfoses sociais, em que os riscos e ameaças possuem uma conotação complexa e de difícil prognóstico. Nesta senda, conforme preconiza Elias (2013, 16), diante das rápidas transformações “(...) as ameaças, os riscos e perigos não têm fronteiras, pelo que os limites à ação das (...) polícias estão em

²² É um documento elaborado no início de cada ano, baseado fundamentalmente nas ações desenvolvidas pela Polícia de Fronteira de Moçambique durante o ano anterior findo, bem como as ocorrências registadas durante o ano em alusão. A maior parte das informações que constam neste documento são extraídos de relatórios mensais comunicados pelos batalhões, regimentos, secções, entre outras áreas a nível nacional.

²³ A semelhança do documento “decisão”, a reflexão, também se baseia em informações contidas nos relatórios, porém, este documento é mais abrangente. Além de incluir informações contidas nos relatórios, faz uma breve resenha histórica da Polícia de Fronteira de Moçambique, das fronteiras nacionais, bem como ao estado atual das fronteiras nacionais, dos constrangimentos enfrentados por esta Polícia, pontos fortes e perspectivas futuras das necessidades.

constante redefinição e ajustamento às novas exigências de liberdade e segurança dos cidadãos”.

Por outro lado, conforme Fernandes (2014), ao qual advoga que:

“(…) estarmos hoje perante uma alteração significativa dos problemas que ameaçam a segurança dos Estados, onde predominam características transnacionais e os fenómenos referentes à globalização, nomeadamente a deslocação massiva das pessoas por vários Estados e regiões, a impossibilidade de conter os fenómenos a nível local ou mesmo regional, fez com que a segurança especialmente depois da Guerra-fria, fosse confrontada com novas áreas, de características predominantemente globais, nomeadamente problemas ambientais, terrorismo, criminalidade organizada internacional” (p. 20).

A amplitude dos novos paradigmas alteram a realidade geopolítica e geoestratégica das fronteiras dos Estados e chocam fortemente com a segurança interna. No entanto, “(…) a sociedade global traz consigo a dimensão transfronteiriça dos problemas que desencadeia o aumento da interligação e interdependência entre os Estados. Potenciando a liberdade de circulação de pessoas e a utilização das tecnologias de comunicação e também o surgimento de uma realidade criminológica especialmente global” (Valente, 2019, p. 34).

Observamos atualmente uma sociedade mergulhada em redes internéticas, onde não se respeitam fronteiras físicas ou geográficas dos Estados, identidades culturais, religiosas e étnicas. Por força do progresso técnico, o nosso planeta transformou-se numa “aldeia global”, onde o mediatismo dos acontecimentos e a velocidade da sua divulgação influenciam poderosamente as decisões dos Estados. Todavia, “(…) esse sistema tecnológico, em que estamos totalmente imersos (...), surge nos anos 70. Devido a importância de contextos históricos específicos das trajetórias tecnológicas e do modo particular de interação entre a tecnologia e a sociedade (...)” (Castells, 2002, p. 91).

Nas palavras de Lourenço & Santos (*et al.*, 2015), o contexto global em que o mundo se encontra imerso, adensado no avanço científico e técnico, criou condições para existência de uma sociedade cada vez mais complexa e exigente, das quais é “(…) um produto da globalização e decorrente das profundas e muito rápidas transformações sociais, culturais, políticas e económicas e obviamente da inovação científica e tecnológica iniciadas com a Revolução Industrial e acentuadas nas últimas décadas, particularmente nos pós-II Guerra Mundial, com ênfase para as tecnologias da informação e comunicação” (p. 94).

1.1. Do ponto de vista da segurança fronteiriça

Desde os primórdios, a segurança fronteiriça fundou-se, essencialmente, na defesa e proteção do Estado e na manutenção da soberania. É de notar que as progressivas transformações sociais, culturais, técnicas e científicas impelem a uma nova agenda sobre a segurança das fronteiras dos Estados. Diante desta nova ordem, o conceito clássico das fronteiras geográficas vem perdendo o seu caráter original, resultante das metamorfoses criminais e sociais potenciadas pelo avanço técnico e, conseqüentemente, a globalização.

Neste caso, de acordo com Fernandes (2014), “(...) o crescente alcance e sofisticação da criminalidade internacional representa uma enorme ameaça que exige, por isso, novas e diferentes abordagens (...)” sobre a segurança das fronteiras dos Estados (p. 22). Todavia, “(...) os cidadãos reclamam hoje novas respostas para novas necessidades, obrigando o Estado a procurar formas inovadoras de intervenção, capazes de manter vivos os fundamentos do contrato social” (Rodrigues, 2011, p. 24).

Dos documentos que nos foram disponibilizados pela Polícia de Fronteira de Moçambique, da minuciosa verificação e análise do seu conteúdo, percebemos desde logo que a Polícia de Fronteira moçambicana debate-se com inúmeros constrangimentos, das quais destacam-se:

- Falta de casernas convencionais para as forças aquarteladas;
- Insuficiência dos meios de comunicação (rádios, telemóveis, computadores, etc);
- Insuficiência de recursos humanos e materiais em quantidade e qualidade para fazer face ao trabalho de guarda e proteção da fronteira estatal;
- Insuficiência de meios de transporte para o trabalho preventivo-operativo ao longo da fronteira estatal, bem como a falta de definição de uma linha sobre o tipo de veículos que se adequam ao trabalho de protecção da fronteira, tendo em conta os diversos tipos de relevo que caracterizam a zona fronteiriça;
- Insuficiência de equipamentos individuais para as forças (mantas para zonas frias, dólmenes, botas, cantis e outro material individual de campanha)²⁴.

Perante as constatações acima elencadas e as novas dinâmicas da criminalidade organizada, achamos oportuno uma intervenção urgente no sentido de dotar esta polícia de infraestruturas adequadas e meios modernos capazes de responder às exigências impostas pela globalização criminal. Por outro lado, conforme o preceituado no documento intitulado

²⁴ Conteúdo extraído do balanço anual da Polícia de Fronteira de Moçambique do ano de 2018.

Decisão do Comandante do ramo da Polícia de Fronteira (2018), e tendo em consideração as estações climáticas do país, a época chuvosa é caracterizada pelas seguintes ocorrências:

“(...) violações com carácter grave por ser o período em que as movimentações das patrulhas são condicionadas e a visibilidade torna-se limitada. Os períodos do dia mais preferidos pelos violadores da fronteira neste clima são as noites e madrugadas. As zonas atravessadas por rios que nascem nos países vizinhos, e que, no tempo chuvoso, aumentam de caudal obrigam que se tomem medidas especiais para a proteção de pessoas e bens nas Subunidades que se encontram destacadas nestas regiões. Em casos de inundações, tais medidas incluem a identificação de zonas altas para a concentração das Forças e abastecimento antecipado destas, em víveres, para casos de isolamento” (p. 16).

1.2. Do uso das tecnologias ao serviço da vigilância e controlo das fronteiras

Tendo em conta que as organizações criminosas internacionais, recorrem, em larga medida, às tecnologias para disseminar as suas aspirações, de igual modo, as Forças e Serviços de Segurança deveriam recorrer aos mesmos recursos (se calhar, os mais sofisticados), no sentido de dotar-se de capacidades de respostas eficazes e eficientes em relação as dinâmicas criminais contemporâneas. O relatório do Parlamento Europeu, datado de 15 de maio de 2013, indica:

“(...) que as organizações criminosas tradicionais têm alargado gradualmente as suas áreas de influência à escala internacional, tirando partido das novas oportunidades oferecidas pela abertura das fronteiras (...) pela globalização económica e pelas novas tecnologias e celebrando alianças com grupos criminosos de outros países (como no caso dos cartéis da droga sul-americanos e do crime organizado russófono) na perspetiva de repartirem entre si os mercados e as zonas de influência; que as operações dos grupos criminosos são cada vez mais diversificadas, com novas ligações entre o tráfico de droga, o tráfico de seres humanos, a ajuda à imigração irregular e o tráfico de armas; que a ligação entre o terrorismo e a criminalidade organizada está a tornar-se cada vez mais orgânica²⁵” (p. 9).

Todavia, conforme advoga Fernandes (2014), “(...) o aparecimento de novas ameaças de cariz global, e os seus reflexos, *obrigam-nos* certamente a encontrar respostas que passam quer pela redefinição dos temas de segurança quer pela conceção e coordenação de *renovadas* políticas de segurança” (p. 19). Os recursos tecnológicos representam

²⁵ Fonte: <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-/EP//NONSGML+REPORT+A7-2013-0175+0+DOC+PDF+V0//PT>, obtido em 20 de fevereiro de 2020.

atualmente um poderoso aliado das Forças e Serviços de Segurança (FSS), sobretudo na prevenção e combate aos novos paradigmas da criminalidade internacional.

Atualmente são muitos os setores de atividade em que os meios técnicos possuem um papel preponderante e notório, inclusive na área de segurança pública. Na perspetiva de Teixeira (1998, p. 108), “(...) a tecnologia impõe um certo modo de divisão do trabalho e um certo modo de coordenação das diversas unidades onde se realizam as diferentes tarefas.” Não obstante, Conforme Galvão (*et al.*, 2019, p. 94), existem diversos tipos tecnologias que podem ser aplicadas para a segurança e controle, das quais “(...) os equipamentos mais utilizados” são os seguintes:

1. Câmaras de circuito fechado de TV (CFTV/CCTV);
2. Rádios intercomunicadores;
3. Drones;
4. Detetores de drogas e explosivos.

O quadro abaixo descreve as funcionalidades destas ferramentas tecnológicas, bem como a sua aplicabilidade ou adequabilidade à atividade policial, sobretudo no controlo e vigilância das fronteiras.

1.3. Quadro-proposta dos meios a aplicar para a proteção, controlo e vigilância fronteiriça

Câmaras de circuito fechado de TV (CFTV/CCTV)	
Descrições e Aplicabilidade	Pormenores e opções do mercado
<p>Circuito Fechado de TV – “é um sistema de monitoramento interno, realizado através de câmaras distribuídas e conectadas a um sistema central, que disponibiliza as imagens através de monitores assim como realiza a gravação desses registos²⁶.”</p> <p>Este sistema pode ser utilizado para fins diversos, desde: monitoramento de vigilância em tempo real, segurança de instalações, segurança pública. Além destas potencialidades, a “utilização de um sistema de Videovigilância controlado a partir de um centro de controlo permite a visualização de todos os movimentos de uma grande superfície²⁷”.</p>	<p>Estes sistemas não necessitam de grande infraestrutura e existem no mercado uma panóplia destes equipamentos.</p> <p>Alguns modelos não necessitam de cabos de ligação, ou seja, “o emprego de câmaras sem fios (<i>wireless</i>) permite uma implantação muito rápida e de baixo custo de infraestrutura” (Galvão, <i>et al.</i>, 2019, p. 95).</p> <p>Carecem de identificação de pontos ou zonas estratégicas para sua implantação (principalmente nas rotas de muita incidência das práticas criminais ou de contrabando de mercadorias e tráficos diversos (no caso da vigilância fronteiriça).</p> <p>Exigem aos usuários conhecimento ou habilidades de monitoria.</p>

²⁶ Fonte: <http://www.centralcftv.com/>, obtido em 21 de abril de 2020.

²⁷ Fonte: <http://www.tecniconcontrol.pt/pt/wiki/item.html?id=48-video-vigilancia-cctv>, obtido em 21 de abril de 2020.

Existe atualmente “câmaras sensíveis a raios infravermelhos, que captam com perfeição imagens em ambientes escuros. Há também câmaras com capacidade de movimentação 360° direcional e 180° longitudinal e contam com recursos de aproximação de imagens por meio ótico e/ou digital” (Galvão, <i>et al.</i> , 2019, p. 95).		
	Detetores de Drogas e Explosivos (Traço, Espectrômetro Raman e Inspeção de Líquido CT)	
Descrições e Aplicabilidade	Pormenores e opções do mercado	
<p>Atualmente existem diversos tipos de equipamentos que podem ser utilizados nas fronteiras e portos com capacidade de identificação rápida de explosivos, drogas e líquidos com certas densidades e número atômico. Muitos destes “(...) equipamentos podem ser confundidos com postes ou portais que podem fazer scanning de várias pessoas ao mesmo tempo num determinado ponto de passagem, identificando se estão a portar drogas, explosivos ou substâncias químicas” (Galvão, <i>et al.</i>, 2019, p. 97).</p> <p>Ex: o LS1516BA é capaz de detetar com precisão e confiabilidade líquidos inflamáveis, explosivos e erosivos, bem como percussores não explosivos e TR2000DB, oferece alta sensibilidade e flexibilidade na detenção de uma ampla gama de ameaças e contrabandos possibilitando um ciclo de análise rápida ideal para todas as aplicações de segurança e rotinas²⁸.</p>	<p>Não necessitam de grande infraestrutura. São facilmente montados em infraestruturas moveis. Existe uma vasta variedade destes meios, ao qual varia de acordo com a tecnologia incorporada, qualidade do equipamento.</p> <p>Exigem que os operadores destas máquinas tenham conhecimento e/ou habilidades de manuseamento, bem como, capacidades especializadas na identificação de tipo de substância ou produto de acordo com as cores das imagens apresentadas ou outras especificações apresentadas pela máquina. Para a sua utilização “(...) é necessário que esteja ligado a uma estrutura ou viatura com uma tela que pode ser acompanhada por profissionais. Desta forma, pode identificar-se um suspeito e acionar os operacionais mis próximos que estejam no terreno” (Galvão, <i>et al.</i>, 2019, p. 97).</p>	
	Drones	
Descrições e Aplicabilidade	Pormenores e opções do mercado	
<p>Os «drones» são “tecnicamente designados - veículos aéreos não tripulados, caracterizados pelo seu controlo remoto²⁹”. Por outro lado, são “os «drones» (também denominados RPAS – sistemas de aeronaves telepilotadas – ou UAV – veículos aéreos não tripulados) são aeronaves que voam sem a presença de um piloto humano a bordo,</p>	<p>Tal como o sistema CCTV, os drones não necessitam de grande infraestrutura, apenas exigem conhecimentos e habilidades para telecomandar ou pilotar.</p> <p>Existe uma vasta variedade de modelos de drones disponível no mercado e de custos diferenciados, seja, dependem muito da qualidade da imagem das câmaras e do próprio equipamento.</p>	

²⁸Fonte: <http://www.nuctech.com/br/SitePages/ThDetailPage.aspx?nk=PAS&k=GHADDI>, obtido em 20 de abril de 2020.

²⁹ Fonte: <https://www.aan.pt/subPagina-AAN-001.005.005-aeronaves-nao-tripuladas-drones>, obtido em 19 de abril de 2020.

²⁹ Embora os «drones» tenham sido desenvolvidos para fins militares, são agora cada vez mais utilizados para fins civis. Atualmente, os «drones» são utilizados em infraestruturas críticas e na proteção civil, na gestão de catástrofes naturais, em operações de busca e salvamento, na proteção ambiental, na aplicação da lei e na vigilância, no jornalismo e em atividades comerciais e recreativas, prevendo-se que também venham a ser utilizados em operações nos setores da agricultura, da energia, do transporte de bens e mercadorias e até de

<p>comandadas por um piloto remoto³⁰». Geralmente, são utilizados na captação de imagens nos eventos desportivos, shows ao ar livre ou na “detecção de intrusos, controlo de perímetros, vigilância de recintos, luta contra incêndios, operações antiterroristas, investigações criminais, vigilância de fronteiras e zonas costeiras, controlo de manifestações e distúrbios”³¹.</p> <p>Também, São utilizadas para tirar fotografias, filmagens “realizar vigilâncias de suspeitos, acompanhamento de ocorrências ou fazer reconhecimentos”, bem como, para fins de segurança pública, quer seja em grandes inventos ou situações similares (Galvão, <i>et al.</i>, 2019, p. 96).</p>	
Rádios intercomunicadores	
Descrições e Aplicabilidade	Aquisição e Pormenores
<p>Os rádios intercomunicadores modernos - são equipados com tecnologia digital e de circuito fechado. Isto é, “(...) as transmissões não podem ser captadas por equipamentos que não fazem parte do sistema, garantindo que ninguém de fora possa escutar as conversas da equipa”, também, permitem que o “supervisor coordena o trabalho da sua equipa. É também pelo rádio que os vigilantes solicitam apoio em ocorrências diversas, o que permite a rápida mobilização de recursos de segurança” (Galvão, <i>et al.</i>, 2019, p. 96).</p>	<p>Estes meios não necessitam de grande infraestrutura e existem no mercado em vários modelos e marcas. Não é necessário que sejam distribuídos individualmente, basta somente um elemento no seio do grupo ou equipa para coordenar as comunicações entre a equipa/grupo e a central de comunicações. Permitem uma comunicação interna fluida, flexível e abrangente no seio de grandes grupos de trabalho.</p>
<p>Nota: Diante destes factos, não devemos, no entanto, olvidar do fator humano. Este será sempre o principal mentor destas ações. A viabilidade ou não destes sistemas são avaliados pelo homem, mesmo após aplicação, a sua monitoria depende da ação humana. Contudo, as tecnologias existem para servir o homem, ou seja, servem para simplificar tarefas difíceis e de elevada complexidade, bem como, minimizar o desgaste físico e psicológico dos mais diversos profissionais no desempenho de atividades que exigem esforços acrescidos.</p>	

Neste sentido, a abordagem dos meios acima elencados permitem responder à questão central do nosso estudo, na medida em que as estratégias de Policiamento e controlo fronteiriço nacional deveria passar, quase inevitavelmente, na implementação destes meios. No nosso entender, a utilização ou aplicação destes meios no controlo das fronteiras nacionais, ajudariam a reduzir a exploração de vulnerabilidades, bem como a elevar a capacidade de resposta da Polícia de Fronteira de Moçambique, relativamente as ocorrências criminais que assolam as fronteiras nacional.

Só desta forma, pensamos que estaria a Polícia de Fronteira de Moçambique, dotada de níveis de serviço alinhado com os novos paradigmas criminais e consequentemente

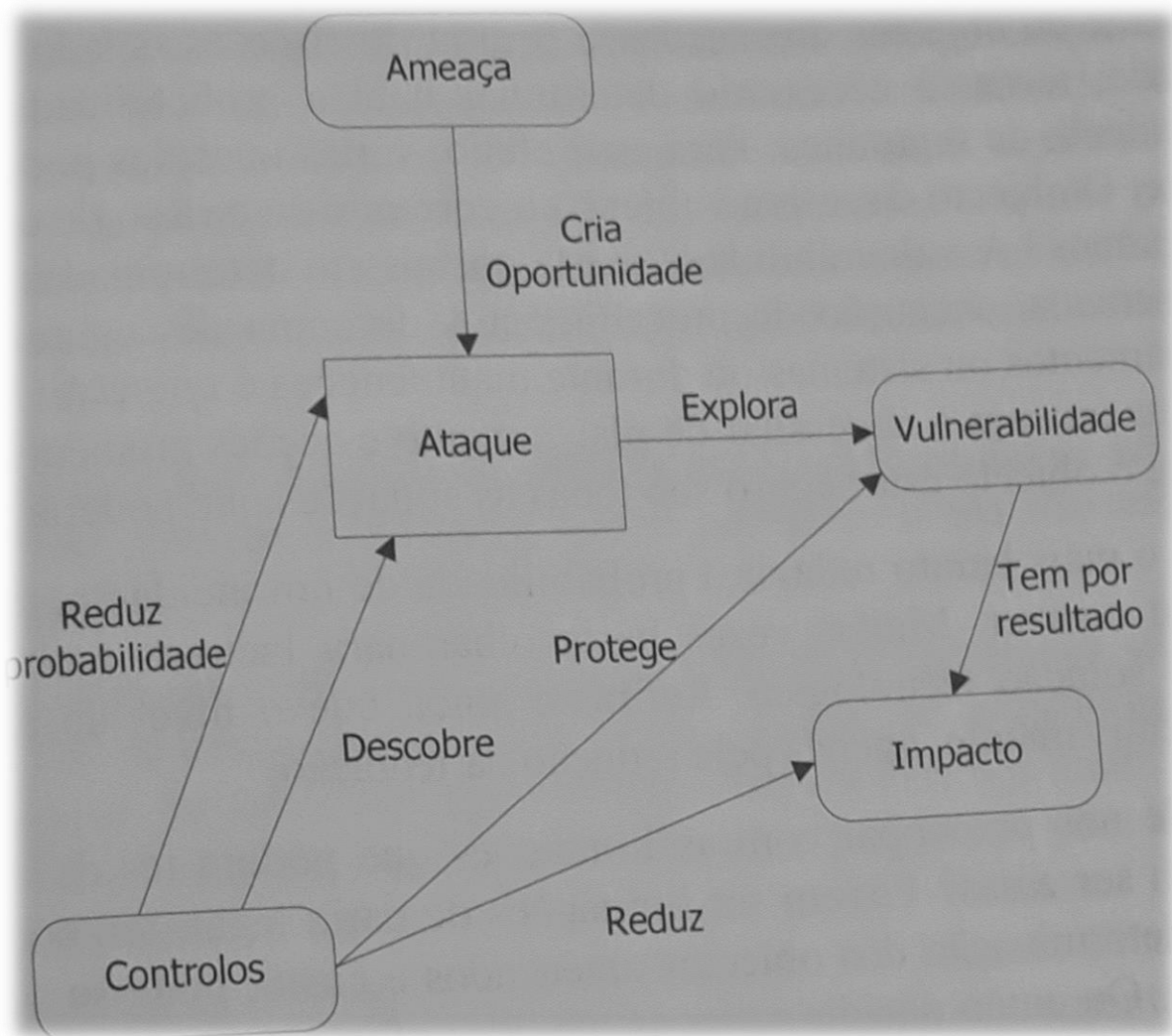
pessoas. Fonte: http://publications.europa.eu/resource/ellar/ddb26740-7273-11e5-9317-01_aa75ed7_1a1_0001.02/DOC_1, obtido em 22 de abril de 2020.

³¹Fonte: <https://grupoacre.com.pt/catalogo-sector/rpa-uav/>, obtido em 20 de abril de 2020.

poderia contribuir da melhor forma na salvaguarda dos marcos fronteiriços e, consequentemente, o seu contributo para a segurança interna.

Deste modo, de acordo com Mamede (2006, p. 25), o projeto de arquitetura destes sistemas deve ter em consideração a necessidade da sua implementação, ou seja, considerar o que se pretende proteger, “(...) daí, a necessidade de existirem controlos, de vários tipos, que reduzem as probabilidades de ocorrência de ataques, podendo mesmo levar à deteção, muitas vezes antecipada, dos mesmos.”

A matriz abaixo, explica com mais precisão os ganhos que podem ser obtidos com a aplicação destes meios, os quais reduzem a exploração das vulnerabilidades no controlo fronteiriço, bem como os seus impactos na segurança interna.



Mamede (2006, p. 25).

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS FUTURA

Obviamente, a Polícia de Fronteira de Moçambique apresenta-se como a guardiã do muro estadual nacional. Sendo assim, tudo que extravasa as autoridades fronteiriças e transpõe a linha de fronteira nacional acaba tendo um impacto na ordem interna do país, quer seja positivo ou negativo. Sustentamos este posicionamento de acordo com as funções legalmente confiadas a esta Polícia, das quais destacam-se: a função de fiscalização, vigilância e controlo sobre toda e qualquer ameaça externa que lesem os limites estatais nacional e afetem a segurança interna nacional e a soberania do Estado.

Conforme Valente & Rodrigues (*et al.*, 2019), as ações difusas da sociedade contemporâneas demonstram-nos o caminho ao qual convergimos onde, a “(...) criminalidade organizada é a expressão deste novo modelo de organização social para que tendem as sociedades contemporâneas” (p. 35). Nesta hegemonia, reconhecemos que este é o momento oportuno para repensar novas estratégias de vigilância, fiscalização e controlo das fronteiras nacionais moçambicanas, de modo a incluir novos paradigmas criminais nos planos estratégicos de policiamento fronteiriço nacional. De acordo com Rodrigues (2011), a nova ordem mundial mudou completamente a forma de pensar e agir das novas sociedades, tornando-as mais complexas e exigentes. Subsequentemente, “(...) a complexidade das novas dinâmicas sociais e também das relações entre os Estados que materializam a sociedade global em que vivemos, exige uma nova abordagem nas diferentes áreas também na segurança” (p. 33).

Note-se, a este propósito, que a atual conjuntura mundial impele a uma nova arquitetura da segurança fronteiriça que passa, quase inevitavelmente, pela inovação de meios e a aposta nas novas tecnologias. Todavia, o uso das tecnologias pelas organizações criminosas transnacionais e fronteiriças nas suas incursões constitui um fator potenciador da sua exponencial expansão e proliferação a escala global. Contudo, a irradicação ou mitigação destas práticas passa, no entanto, pelo uso e aproveitamento das ferramentas tecnológicas nas ações desenvolvidas pela Polícia de Fronteira de Moçambique. Só assim poder-se-á identificar rotas ou itinerários utilizados pelas redes criminosas nacionais e internacionais que operam no país. Por conta disso, urge a necessidade de reestruturação das políticas de segurança fronteiriça e implementação de meios adequados e especializados para mitigar, prevenir e combater as ações desenvolvidas pelas redes criminosas.

Convém explanar que para a mitigação ou enfraquecimento das redes criminosas de cariz internacional é necessário adotar medidas de prevenção criminal, desenvolvendo ações

preventivas positivas da vigilância fronteiriça. A materialização das medidas de vigilância passa pela obtenção de meios especializados e adequados, alinhados com a realidade e os fenómenos em curso, ao qual pretende-se vigiar, controlar e fiscalizar. Conforme advoga Valente (2013, pp. 98-99), “(...) a *função de vigilância* encerra em si uma ação preventiva positiva – impõe-se à polícia que pratique diligências e atos/medidas de polícia com fundamento na manutenção da ordem jurídica estabelecida constitucionalmente que fomentaria a materialização da segurança interna (...)”.

Além de tudo isto, Moçambique integra a União Africana e constitui um dos pilares fundamentais desta agremiação a abolição de controlo no espaço fronteiriço de todos os países signatários. Este facto, além dos benefícios que integra, também importará riscos para a segurança interna. Portanto, a livre circulação dos cidadãos da região e o abrandar dos controlos nas fronteiras, acaba “(...) permitindo que grupos criminosos aproveitem as vantagens que oferece o novo espaço internacional, com a criação de zonas de comércio livre em algumas regiões do mundo, nas quais se produz uma permeabilização (...) das fronteiras nacionais e se reduz os controlos” (Valente & Rodrigues *et al.* 2019, p. 37).

Todavia, para reduzir as oportunidades, riscos e ameaças possibilitados pela permeabilização das fronteiras (inclusive, as moçambicanas), devem os países, em particular os organismos policiais, adotar políticas de segurança de modo a identificar as possíveis fragilidades exploradas pelas organizações criminosas. Não obstante, perante a atual conjuntura mundial, onde não existem restrições para os riscos e ameaças, a segurança interna deixou de ser um assunto reservado apenas aos Estados dentro das fronteiras nacionais. A segurança “(...) é uma realidade de vários Estados-Fronteiras. Estados estes que, face à globalização ou à ‘desterritorialização’ da segurança ou às iminentes ameaças nacionais, bilaterais, regionais (...) e globais, que afetam o dia-a-dia de cada cidadão, se transformaram num *Estado Fronteiras* (...)” (Valente, 2013, p. 37).

A segurança interna deixou de ser uma preocupação dos Estados dentro das suas fronteiras e, passou a ser uma questão partilhada pelos Estados internacionalmente e pelos seus cidadãos. Ou seja, atualmente a segurança interna é descrita do ponto de vista macro ou alargado, na medida em que exige esforços partilhados ou numa vertente de cooperação internacional.

De modo a acompanhar a realidade contemporânea e a ultrapassar estratégias tradicionais de segurança fronteiriça, exige-se, então, como tarefa primária, o recurso às tecnologias. Por conseguinte, antes da implementação de qualquer medida ou reforma, deve-se definir as linhas estratégicas conducentes à sua pronta adequabilidade e aplicabilidade.

Conforme advoga Torres (2014), não se podem conceber reformas inovadoras sem uma prévia enunciação das potencialidades estratégicas e objetivos da ação propriamente dita. Todavia, “(...) ignorar isso é acreditar que se consegue construir um edifício bem-sucedido sem projeto de arquitetura e sem se saber qual a sua finalidade. Até pode correr bem, mas será sempre pura sorte” (p. 24). Por outro lado, é necessário fazer um estudo de base no sentido de identificar e interpretar os sinais de mudança que podem motivar posturas e comportamentos antecipatórios de adaptação e inovação, possibilitando uma maior vitalidade da corporação (Marta, 2018, p. 43).

Cabe a Polícia desenvolver ações de prevenção, ou seja, a “(...) ação policial é sobretudo preventiva. Ainda hoje, o patrulhamento apeado e uniformizado da via pública representa a forma tradicional de prevenção da ilicitude no espaço público” (Clemente, 2015, p. 35). Por conseguinte, as opções tecnológicas não podem levar ao abandono de certos modelos de policiamento, muito menos, substituir os profissionais destas áreas (quanto muito as tecnologias podem coadjuvar neste âmbito). Neste sentido, falamos especificamente dos modelos de policiamento preventivo de visibilidade, comunitário e de proximidade.

De acordo com Valente (2013), além das Forças e Serviços de Segurança (FSS), o cidadão deve também ser chamado a dar o seu contributo para a segurança interna. Pelo que:

“(...) devemos chamar o cidadão para a segurança interna que é muito mais do que uma atividade que ultrapassa a dimensão dos tempos da Guerra Fria, ou seja, não é um exclusivo das Forças e Serviços de Segurança. A segurança interna como valor/necessidade individual e coletivo, como estado conceptual, como sentimento real ou cognitivo (ou psicológico-cognitivo) e, por fim, como instrumento/meio/atividade, assume-se como um bem/valor de todos, para todos e deve ser exercida por todos” (p. 16).

Queremos que as nossas opiniões contribuam positivamente para definição e implementação de novas práticas de policiamento e controlo fronteiriço e, consequentemente, ajudem para o equilíbrio desejado da segurança interna do país. Muito embora seja “(...) conhecido que uma das grandes dificuldades de gestão das mudanças resulta da tendência para enfrentar os novos problemas com mentalidades antigas ou segundo os modelos do passado. Normalmente, a resolução de novos problemas exige uma nova maneira de pensar” (Barata, 1999, p. 31). De certa forma, a segurança é um fator preponderante para o desenvolvimento de qualquer país, sendo Moçambique um país em vias de desenvolvimento, alcançar os níveis desejáveis de segurança ou do sentimento (coletivo) de segurança representa um fator deveras importante. Só assim, pode Moçambique

conseguir melhorar o ambiente de negócios ao nível interno e atrair investimentos externos, estimulando igualmente a estabilidade económica e a continuidade do seu progresso.

Admitindo que a investigação científica é um processo inacabado e em constante evolução, importa salientar que as sugestões aqui formuladas não se afiguram soluções acabadas, por conseguinte, os paradigmas observáveis podem não ser os mesmos no futuro. Podem continuar a evoluir ao longo do tempo e ir adotar abordagens diferentes das atuais observadas. Por conta disso, carecerá de novas soluções adequadas ao momento da sua ocorrência.

Importa de igual modo, enumerar algumas dificuldades enfrentadas ao longo da elaboração do presente estudo. Desde logo, destaca-se as restrições e/ou o encerramento de bibliotecas públicas e de várias Instituições de ensino, motivadas pela pandemia no novo Corona Vírus (COVID-19). Esta situação limitou-nos o acesso e consulta de mais diversas obras e/ou documentos para colheita de dados e informações para as nossas pesquisas. Por outro lado, a distância e a demora nas respostas dos mais diversos pedidos constituíram as principais barreiras enfrentadas, no que tange a disponibilização e fornecimento de documentos oficiais da Polícia de Fronteira de Moçambique. Esperamos, num futuro próximo, que tanto o nosso estudo assim como o desempenho da nossa missão possam auxiliar no debate em prol da dinâmica securitária em Moçambique.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Dicionários e Enciclopédias

- Coutinho, N. C. (2017). *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Alfragide: Dom Quixote.
- Dicionário Universal da Língua Portuguesa*, Texto Editora, Lisboa, 1995, p. 718.
- Melo, J. A. (1982). *Dicionário Editora: Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Porto Editora, Lda.
- Santos, J. B. (2015). *Enciclopédia de Direito e Segurança*. Lisboa: Almedina.

Obras Gerais e Específicas

- Afonso, J. J. (2 de setembro de 2018). Polícia: Etimologia e evolução do conceito. p. 48.
- Ana Isabel Xavier, A. L. (2019). *Segurança Interna no século XXI - população e território*. Porto: Fronteira do Caos Editores Lda, e Autores.
- Artur Anselmo, G. M. (2009). *Estudos comemorativos dos 25 anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*. Coimbra: Almedina, SA.
- Baptista, M. J. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses, e relatórios*. Lisboa: Lidel.
- Barata, Ó. S. (1999). *Conjuntura Internacional*. Lisboa: Artes Graficas, eni.
- Barata, Ó. S. (2010). *Política Social e Sociologia*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Coimbra: Edições 70, Lda.
- Bardin, L. (2019). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: EDIÇÕES 70, Lda.
- Barroso, L. M. (2009). *Salazar e Iam Smith: o Apoio de Portugal à Rodésia (1964 - 1968)*. Lisboa: Europress, Lda.
- Beck, U. (2013). *Sociedade de Risco*. São Paulo: Editora 34.
- Beck, U. (2016). *Sociedade de risco mundial: em busca da segurança perdida*. Lisboa: Artipol - Artes Tipográficas, Lda.
- Bell, J. (2010). *Como realizar um projecto de Investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Bourne, R. (junho de 2010). Commonwealth: Estratégias Intergovernamentais e não Governamentais para a proteção dos Direitos Humanos em uma instituição pós-colonial.
- Canavezes, L. C. (abril de 2007). *Introdução à Globalização*, p. 166.
- Castells, M. (2002). *Sociedade em Rede* (6ª Edição ed.). São Paulo: Paz e Terra S/A.
- Chiavenato, I. (2002). *Teoria Geral da Administração*. Rio de Janeiro: Campus, Lda.

- Chichango, I. P. (2009). A geopolítica de Moçambique.
- Clemente, P. J. (1998). *Da polícia de Ordem Pública*. Massama: Artes Gráficas, Lda.
- Clemente, P. J. (2015). *Cidadania Polícia e Segurança*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL.
- Comando do ramo da Polícia de Fronteira - Gabinete do Comandante. (junho de 2018). Reflexão sobre a proteção e guarda da fronteira estatal. Maputo.
- Comando do ramo da Polícia de Fronteira. (2018). Decisão do Comandante do ramo da Polícia de Fronteira de para o ano 2018. Maputo.
- Constituição da República de Moçambique* . (2018). Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.
- Cosenza, R. M. (06 de julho de 2015). Globalização: principais Causas do Processo. p. 18.
- Costa, P. M. (2015). Segurança Global da União Europeia: Potencialidades e Vulnerabilidades. Lisboa.
- Élia Marinha Chambel, M. G. (2011). *Ciências Polícias: Estado, Segurança e Sociedade*. Coimbra: Almedina, SA.
- Elias, L. M. (2018). *Ciências Policiais e Segurança Interna*. Lisboa: ISCPSI - ICPOL.
- Fernandes, J. J. (2014). *Os desafios da segurança contemporânea - Estado, Identidade e Multiculturalismo*. Lisboa: Artes Graficas, Lda.
- Evans, D. (abril de 2011). A internet das Coisas. Obtido em 4 de janeiro de 2020
- Filimone, H. (2015). *40 anos da Polícia 1975 - 2015*. Maputo: Alcance Editores.
- Galvão, F., Montenegro, A., & Pípolo, I. M. (2019). *Gestão de riscos em enventos no século XXI*. Faro: Sílabas & Desafios - Unipessoal Lda.
- Hobbes, T. (2009). *Leviatã*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Lara, A. d. (2000). *Colonização Moderna e Descolonização*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Machado, L. O. (2006). II Conferência Internacional de Desenvolvimento Urbano em Cidades de Fronteira., (p. 15). Paraná/Brasil.
- Magrini, E. (2018). A internet das Coisas. p. 192. Obtido em 2 de janeiro de 2020
- Mamede, H. S. (2006). *Segurança Informatica nas Organizações* . Lisboa: Lidel - edições técnicas, lda .
- Monet, J. C. (2002). *Polícias e Sociedade na Europa*. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- Moreira, A. (2001). *Comunidade dos países de língua portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Moreira, A. (2016). *Futuro Com Memória - Lições da Vida e da História*. Lisboa: Clube do Autor.
- Moreira, A. (2019). *A Nosso Época - Salvar a Esperança* . Lisboa: Edições Sílabo, Lda.

- Namorado, R. (2018). *Suplício e Paixão dos Socialismo*. Coimbra: Lápiz de Memória.
- Nelson Lourenço, A. F. (janeiro de 2015). *Segurança Horizonte 2025*. p. 106.
- Novais, J. N. (2009). *Princípios Estruturantes de Estado de Direito*. Coimbra : Almedina.
- Painho, T. R. (2018). *Modelos Preditivos e Segurança Pública*. Porto: Fronteira do Caos Editores, Lda.
- Paulino, A. R. (2003). *Criminalidade Global e insegurança local - o caso de Moçambique*. Coimbra.
- Quivy, R., & Compenhoudt, L. V. (2017). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* . Lisboa: Gradiva Publicações, S. A.
- Reiner, R. (2004). *A política da Polícia*. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo.
- Reis, F. L. (2018). *Investigação Científica e Trabalhos Académicos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Oliveira, J. F. (2015). *A Manutenção da Ordem Pública em Democracia*. Lisboa: ISCPSP - ICPOL.
- Rodrigues, N. P. (2011). *A segurança privada em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia Científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Seabra, M. P. (2012). *O conceito de Fronteira: uma abordagem multifacetada*. Lisboa.
- Silva, C. A. (2014). *A participação das Forças Armadas na segurança pública em Cabo Verde: Que colaboração*. Lisboa.
- Teixeira, S. (1998). *Gestão das Organizações* . Alfragide: McGraw-Hill de Portugal Lda.
- Torres, J. M. (2014). *Não temos de ser alemães*. Lisboa: Materia-Prima.
- Valente, M. M. (2005). *I Colóquio de Segurança Interna*. Lisboa: Almedina.
- Valente, M. M. (2009). *Estudos Comemorativos dos 25 anos do ISCPSP em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*. Coimbra: Almedia. SA.
- Valente, M. M. (2013). *Segurança um tópico jurídico em reconstrução*. Lisboa: Âncora.
- Valente, M. M. (2014). *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra: Almedina.
- Valente, M. M. (2019). *Criminalidade Organizada Transnacional*. Coimbra: Almedina.
- Marta, N. P. (2018). *Segurança Interna-Desafios na Sociedade de Risco Mundial*. Lisboa: ICPOL-Centro de Investigação.

Legislação Consultada

Decreto-Lei n.º 85/2014, de 31 de dezembro – aprova o Estatuto Orgânico e o Organismo da PRM.

Lei n.º 16/2013, de 12 de agosto – altera a lei que cria a Polícia da República de Moçambique.

Lei n.º 19/92, de 31 de dezembro – cria a Polícia da República de Moçambique.

Lei n.º 5/79, de 26 de maio – cria a Polícia Popular de Moçambique.

República de Moçambique. (2018). *Constituição da República Moçambicana*. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.

Fontes Eletrónicas

Cunha, P. F. (2016). Estado, Povo e Território: Sentido, Implicações, Historicidade. p. 22. Obtido em 30 de dezembro de 2019, de <http://recil.grupolusofona.pt>.

Elias, L. A. (Dezembro de 2013). A externalização da Segurança Interna: as dimensões global, europeia e lusofona. p. 29. Obtido em 30 de abril de 2020, de http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri40/n40a02.pdf.

Gomes, D. d. (dezembro de 2010). *Inteligência Artificial: Conceitos e Aplicações*. Obtido em 26 de janeiro de 2020, de Olhar Científico - Revista de Publicações da FAAR: www.olharcientifico.kinghost.net.

Iacolino, S. (2013). *Relatório*. Obtido em 10 de abril de 2020, de <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//NONSGML+REPORT+A7-2013-0175+0+DOC+PDF+V0//PT>.

Matias, D. (1 de agosto de 2010). As operações militares de manutenção do Império Português em África: Uma visão sobre as táticas usadas na perspectiva da doutrina actual. Lisboa: Academia Militar. Direção de Ensino. Obtido em 7 de fevereiro de 2020, de <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/6913>.

Nunes, J. P. (2013). António de Oliveira Salazar: um esboço de biografia política. p. 7. Obtido em 30 de dezembro de 2019, de <https://estudogeral.sib.uc.pt>.

Patrício, M. (9 de abril de 2014). A fronteira Moçambique - Zimbabué e os Ndau: Práticas e Recomendações Transfronteiriças no distrito moçambicano de Mossurize (de 1975 à atualidade). p. 25. Obtido em 12 de janeiro de 2020, de <https://journals.openedition.org/cea/1480>.

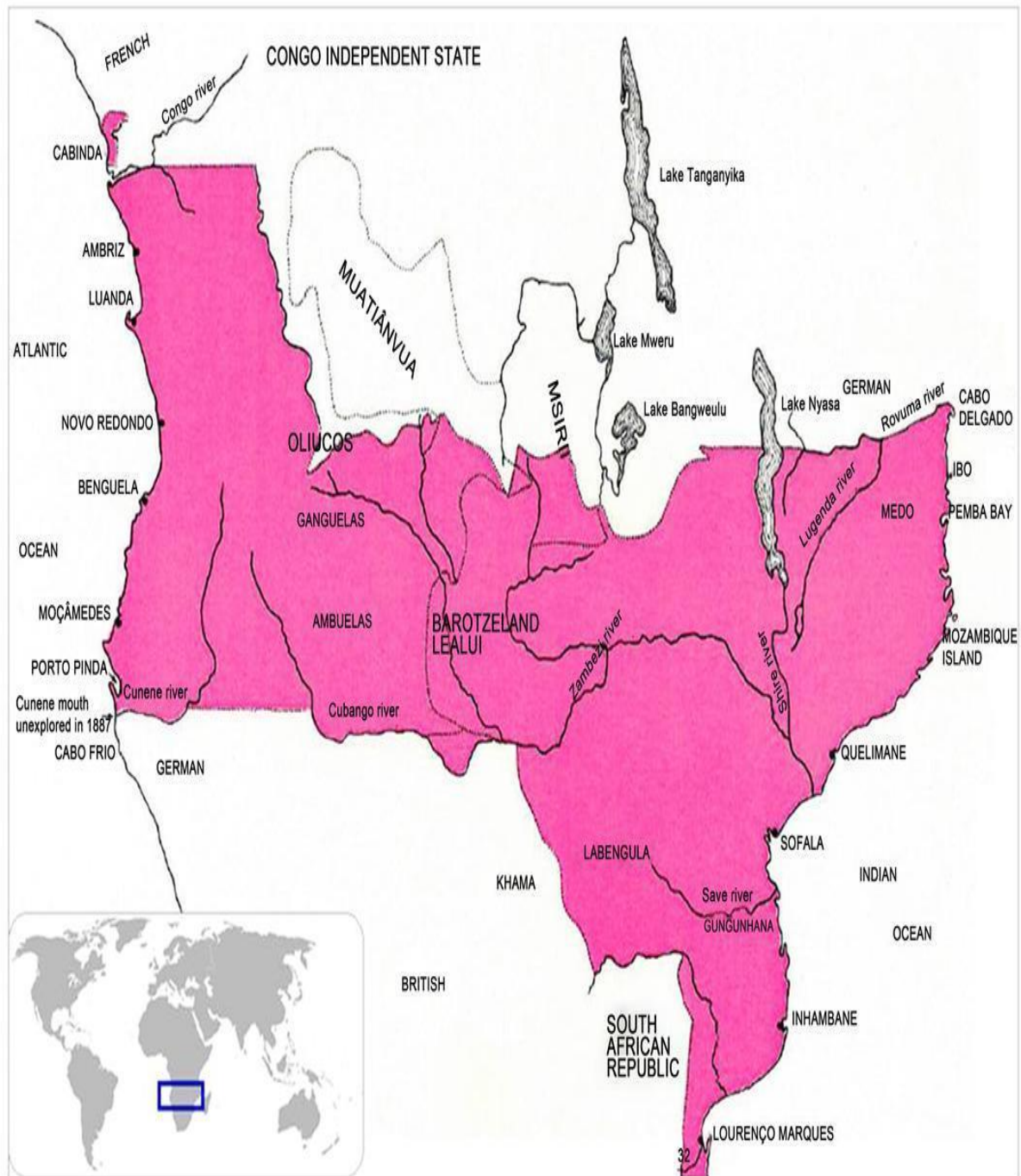
Ribeiro, L. (2014). O nascimento da polícia moderna: uma análise dos programas de policiamento comunitário implementados na cidade do Rio de Janeiro (1983-2012).

- p. 39. Obtido em 9 de fevereiro de 2020, de http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/AS_211_a03.pdf.
- Santos, Á. M. (2016). *Segurança e Globalização: A perspectiva dos Estudos Críticos de Segurança*. p. 8. Obtido em 26 de janeiro de 2020, de <https://revistas.rcaap.pt/proelium/article/view/8916>.
- Zeca, E. J. (s.d.). *Limites e Fronteiras na África Austral: Moçambique e processo de delimitação e desafio da reafirmação fronteiriça na região*. 19. Obtido em 12 de janeiro de 2020.
- Príncipe, J. C. (s.d.). *incode2030.gov.pt*. Obtido em 3 de janeiro de 2020, de [incode2030.gov.pt: https://www.incode2030.gov.pt/newsletter/01/importancia-da-inteligencia-artificial-ia](https://www.incode2030.gov.pt/newsletter/01/importancia-da-inteligencia-artificial-ia).
- Francisco, F. (2018). *Estudo dos Sistemas de Segurança das Fronteiras Estatais em Moçambique face às Novas Ameaças à Segurança Interna*. Lisboa. Obtido em 18 de fevereiro de 2020, de https://run.unl.pt/bitstream/10362/63044/1/Francisco_2019.pdf.
- Autoridade Aeronáutica Nacional. (s.d.). *www.aan.pt*. Obtido em 19 de abril de 2020, de <https://www.aan.pt/subPagina-AAN-001.005.005-aeronaves-nao-tripuladas-drones>.
- Central CFTV. (s.d.). *centralcftv.com*. Obtido em 21 de abril de 2020, de <http://www.centralcftv.com/>.
- Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. (2017). *sadc.int*. Obtido em 17 de fevereiro de 2020, de https://www.sadc.int/files/3715/5611/30%2066/MANUAL_DE_IDENTIDADE_INSTITUCIONAL.pdf.
- Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. (7 de outubro de 2007). *africanomundo.blogs.sapo.pt*. Obtido em 30 de abril de 2020, de <https://africanomundo.blogs.sapo.pt/3041.html>.
- Grupo Acre. (s.d.). *grupoacre.com.pt*. Obtido em 20 de abril de 2020, de <https://grupoacre.com.pt/catalogo-sector/rpa-uav/>.
- Maps Mozambique. (s.d.). *maps-mozambique.com*. Obtido em 19 de fevereiro de 2020, de <https://pt.maps-mozambique.com/no-norte-de-mo%C3%A7ambique-mapa#&gid=1&pid=1>.
- Ministério da Defesa Nacional. (30 de junho de 2014). *Missões das Forças Armadas*. p. 11. Obtido em 2 de janeiro de 2020, de https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPG_MA_31569.

- Ministério da Defesa. (s.d.). *fd.unl.pt*. Obtido em 2020, de https://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/FPG_MA_31569.pdf
- Nuctech. (s.d.). *nuctech.com*. Obtido em 20 de abril de 2020, de <http://www.nuctech.com/br/SitePages/ThDetailPage.aspx?nk=PAS&k=GHADDI>.
- Parlamento Europeu. (14 de fevereiro de 2014). *europarl.europa.eu*. Obtido em 20 de fevereiro de 2020, de <https://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+REPORT+A7-2014-0107+0+DOC+XML+V0//PT>.
- Parlamento Europeu. (s.d.). <http://publications.europa.eu/>. Obtido em 22 de abril de 2020, de http://publications.europa.eu/resource/cellar/ddb26740-7273-11e5-9317-01aa75ed71a1.0001.02/DOC_1.
- pt.slideshare.net. (s.d.). *slidesharecdn.com*. Obtido em 18 de fevereiro de 2020, de <https://image.slidesharecdn.com/03-a-era-dos-imperios-9-ano-110331134037-p-hpa01/95/a-era-dos-imperios-9ano-62-728.jpg?cb=1301578937>.
- Tecmundo. (25 de novembro de 2008). *tecmundo.com.br*. Obtido em 3 de janeiro de 2020, de <https://www.tecmundo.com.br/intel/1039-o-que-e-inteligencia-artificial-.htm>.
- Tecnicontrol. (s.d.). *tecnicontrol.pt*. Obtido em 21 de abril de 2020, de <http://www.tecnicontrol.pt/pt/wiki/item.html?id=48-video-vigilancia-cctv>.
- The Delagoa bay World. (13 de fevereiro de 2018). *delagoabayworld.wordpress.com*. Obtido em 15 de dezembro de 2019, de <https://delagoabayworld.wordpress.com/2018/02/13/o-mapa-cor-de-rosa-e-angola-e-mocambique-1887/>.
- Euronews. (20 de abril de 2018). *euronews.com*. Obtido em 19 de fevereiro de 2020, de <https://pt.euronews.com/2018/04/20/mocambique-na-commonwealth-desde-1995>.

FIGURAS E ANEXOS

Figura 2: Mapa Cor-de-Rosa.



Fonte: Vide The Delagoa bay World, 2018

Figura 3: Imagem ilustrativa do Congresso de Berlim (1884-1885).

CONGRESSO DE BERLIM

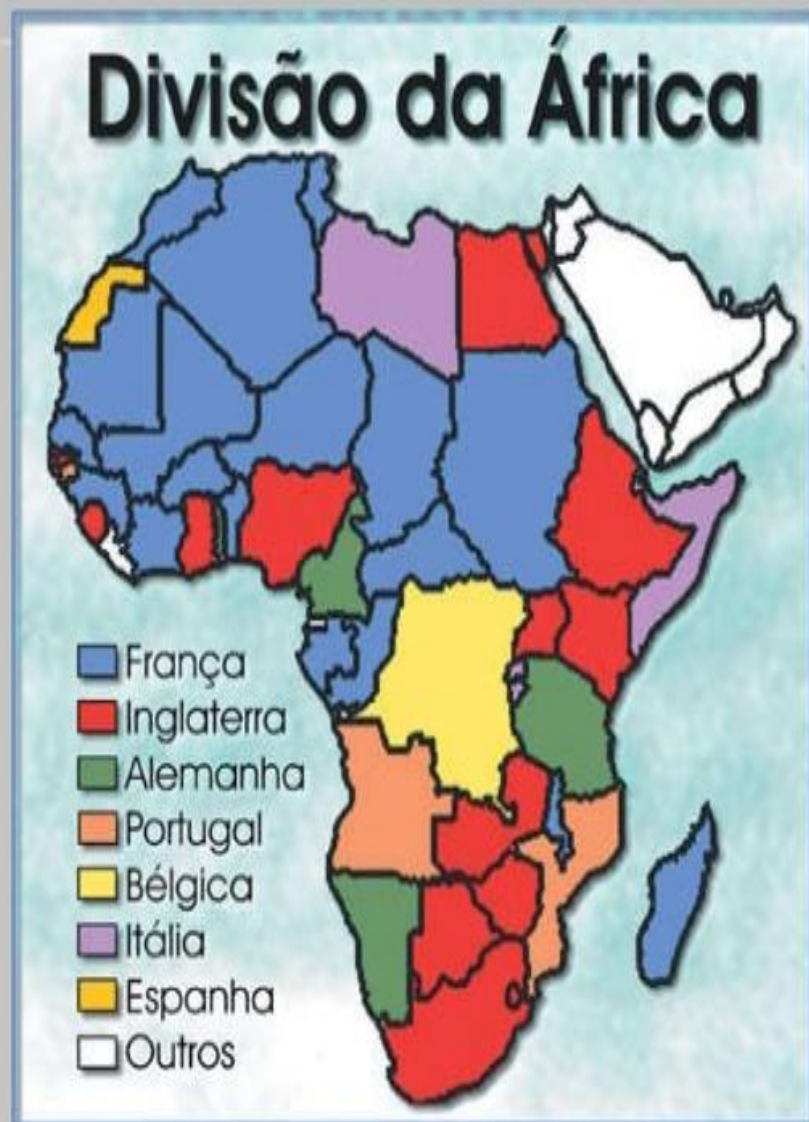
1884 - 1885



Fonte: Vide pt.slideshare.net, s.d.

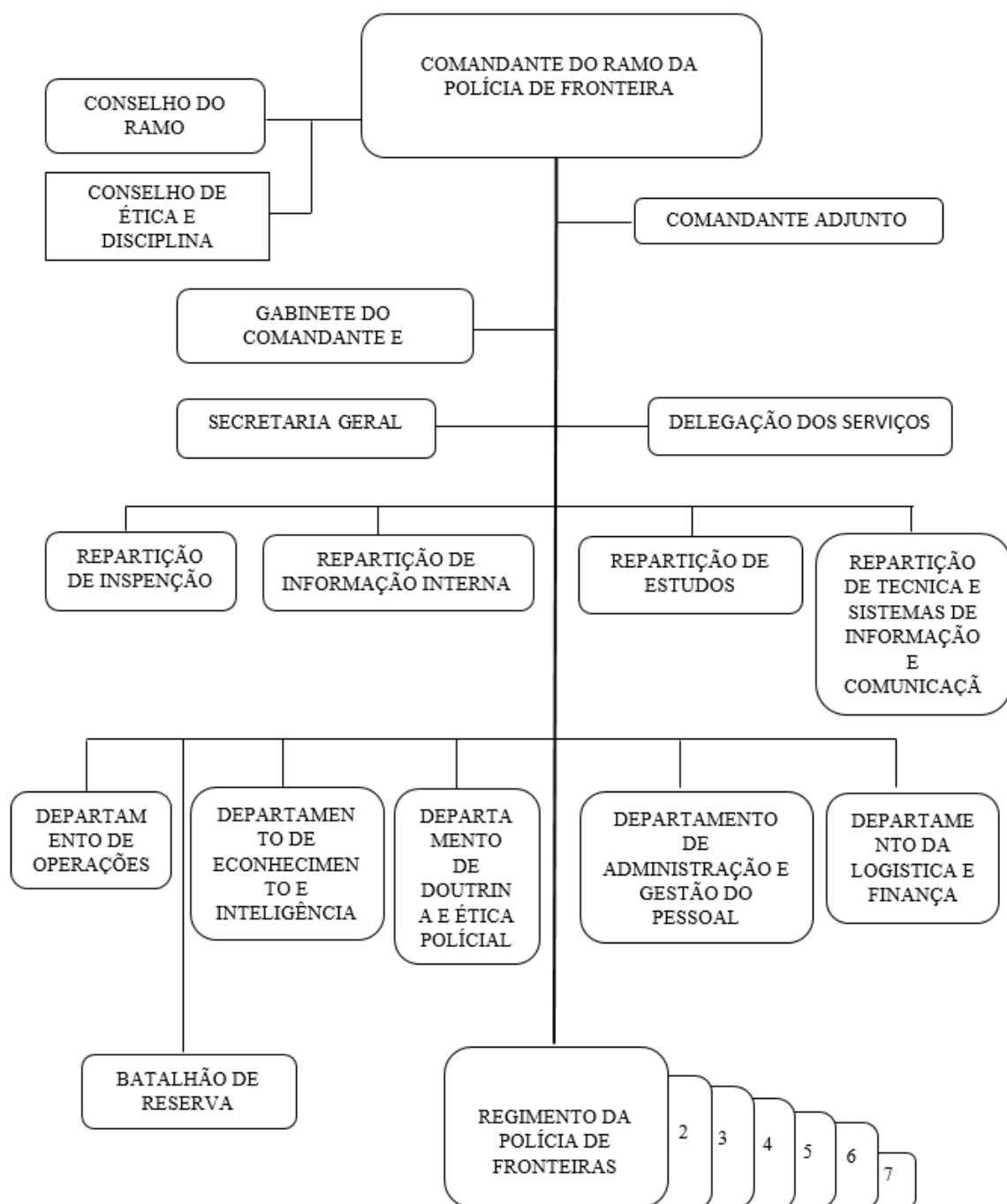
Figura 4: Mapa Ilustrativo sobre a divisão de África.

DIVISÃO DA ÁFRICA



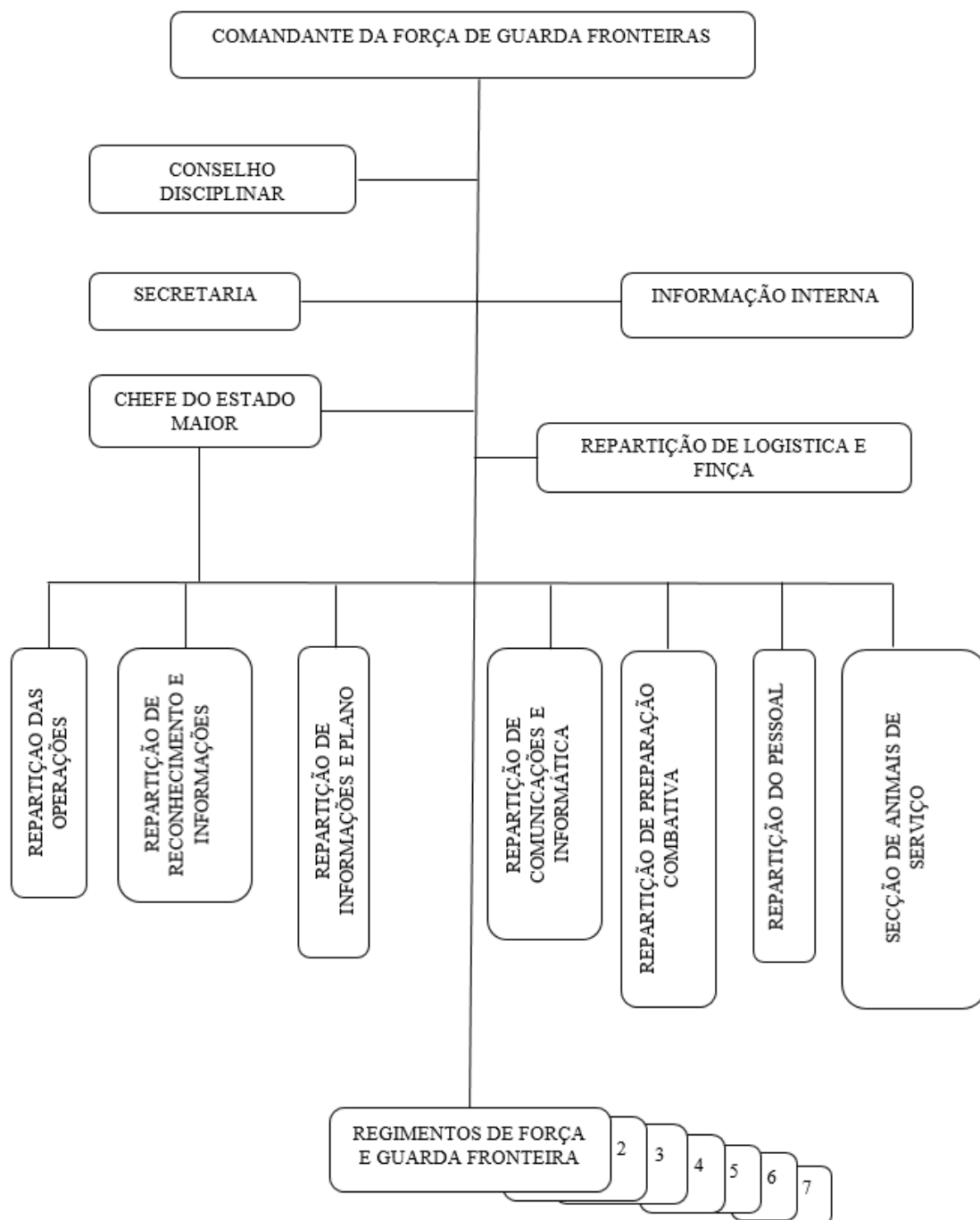
Fonte: Vide pt.slideshare.net, s.d.

Anexo 1: Organigrama do Comando do Ramo da Polícia de Fronteira de Moçambique



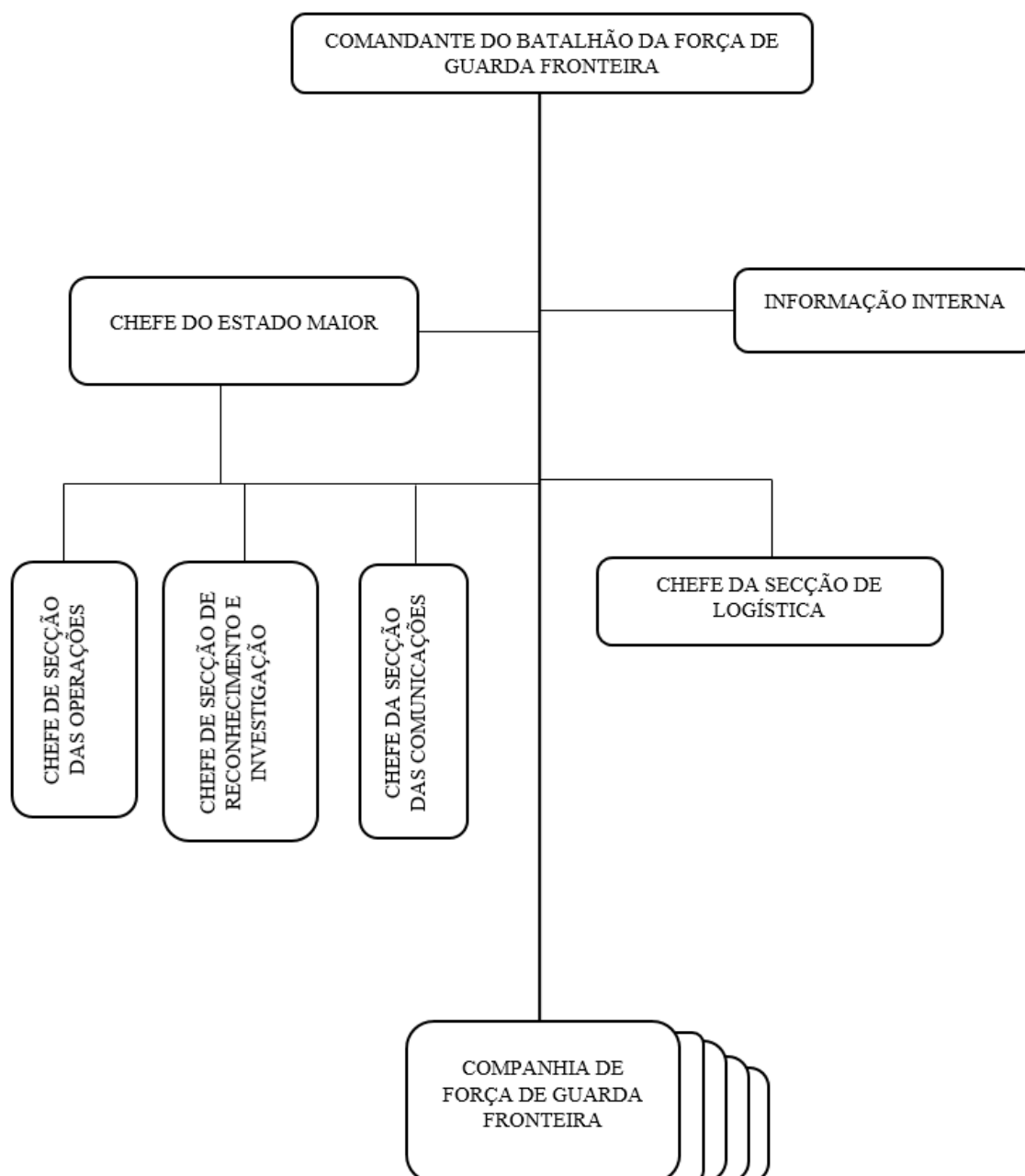
Fonte: Adaptado da Reflexão do Comando do ramo da Polícia de Fronteira, 2018.

Anexo 2: Organograma do Comando da Força de Guarda Fronteiras



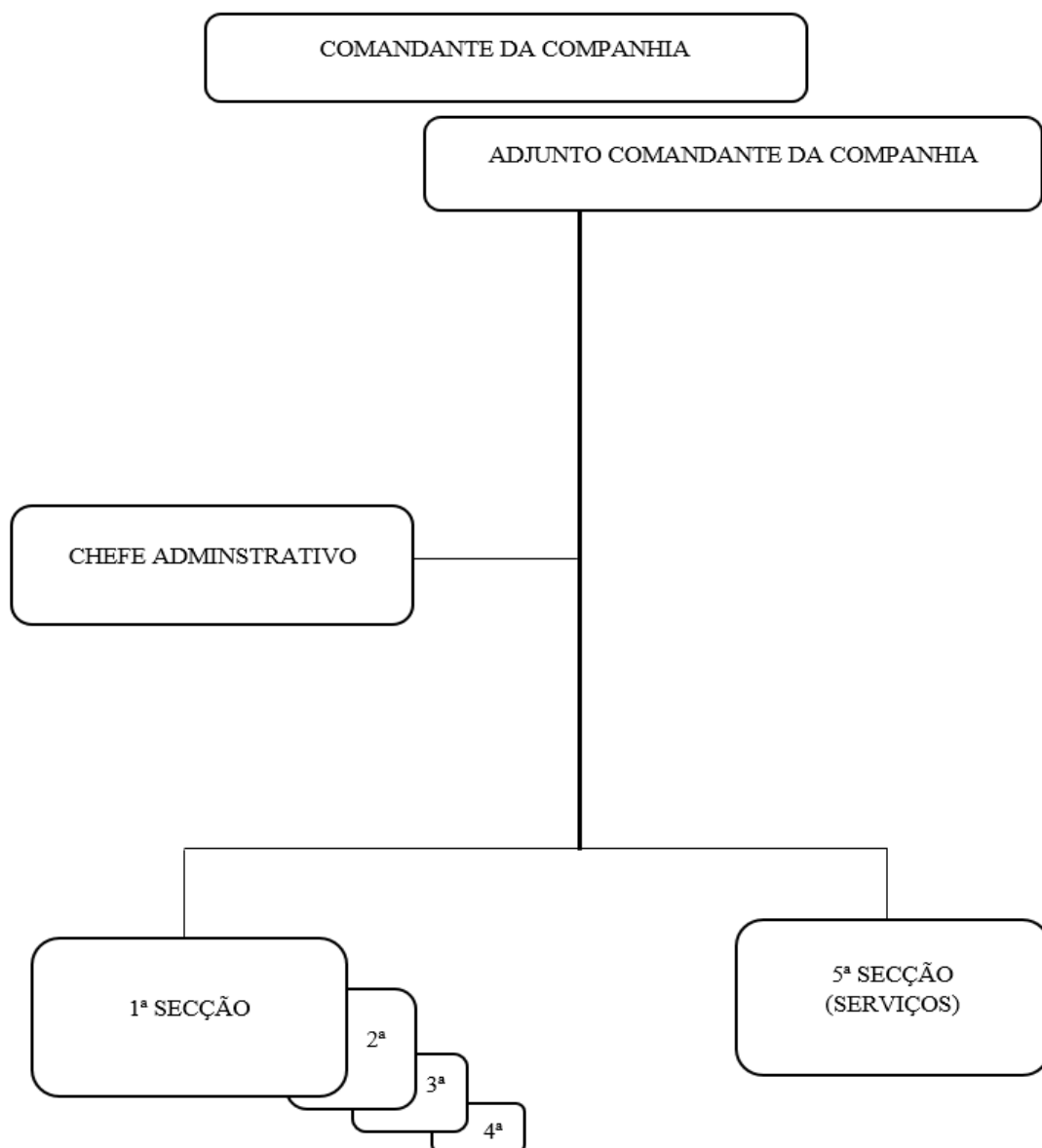
Fonte: Adaptado da Reflexão do Comando do ramo da Polícia de Fronteira, 2018.

Anexo 3: Organigrama do batalhão da Guarda Fronteira



Fonte: Adaptado da Reflexão do Comando do ramo da Polícia de Fronteira, 2018

Anexo 4: Organigrama da Companhia da Guarda Fronteira



Fonte: Adaptado da Reflexão do Comando do ramo da Polícia de Fronteira, 2018.

Anexo 5: Credencial de autorização de fornecimento de documentos



AO:

**RAMO DA POLÍCIA DE FRONTEIRA DO COMANDO – GERAL DA
PRM**

CREDENCIAL

Está devidamente autorizado o Subinspector da PRM, **CRIMILDO CAETANO DAMAS**, Cadete-estudante do curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais e Segurança Interna – ISCP SI, Lisboa - Portugal, para efectuar a recolha de dados no Ramo da Polícia de Fronteira, com vista a realização da dissertação final do curso entre os dias 29 e 31 de Julho, e 5 e 6 de Setembro de 2019.

Solicita-se todo o apoio necessário para a concretização desta pesquisa.

MAPUTO, 26 DE 07 DE 2019

O COMANDANTE-GERAL DA PRM


- BERNARDINO RAFAEL -
(Inspector-Geral da Polícia)